

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS - CCT
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LYANDRA XAVIER SERRA

CASA ÁGAPE: Anteprojeto de Abrigo Institucional para Crianças em Situação de Vulnerabilidade em São Luís/MA.

São Luís – MA

2024

LYANDRA XAVIER SERRA

CASA ÁGAPE: Anteprojeto de Abrigo Institucional para Crianças em Situação de Vulnerabilidade em São Luís/MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Moreira do Nascimento.

São Luís – MA

2024

Serra, Lyandra Xavier.

CASA ÁGAPE: Anteprojeto de Abrigo Institucional para Crianças em Situação de Vulnerabilidade em São Luís-MA./ Lyandra Xavier Serra – São Luís, 2024.

111 f.: il.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

Orientador: Profa. Dra. Lúcia Moreira do Nascimento

1. Abrigo institucional. 2. Bem-estar. 3. Desenvolvimento infantil. 4. Projeto de reforma I. Título.

CDU: 725.578(812.1)

Elaborada por Raimunda Aires - CRB 13/939


LYANDRA XAVIER SERRA

CASA ÁGAPE: Anteprojeto de Abrigo Institucional para Crianças em Situação de Vulnerabilidade em São Luís/MA.


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: São Luís, 06 / 09 / 2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LUCIA MOREIRA DO NASCIMENTO
Data: 01/11/2024 11:03:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lúcia Moreira do Nascimento –
Orientadora Doutora em Arquitetura e Urbanismo –
ULisboa (PT)

Documento assinado digitalmente
 SANADJA DE MEDEIROS SOUZA
Data: 04/11/2024 16:34:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Sanadja Souza de Medeiros – Examinadora
interna Doutora em Urbanismo – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 LARA SERRA PINTO DE ALENCAR
Data: 01/11/2024 19:46:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lara Serra Pinto de Alencar – Examinadora externa – Mestre em
Desenvolvimento Socioespacial e Regional – UEMA

Dedico este trabalho a Deus e às futuras
crianças da Casa Ágape.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem pertence os meus caminhos, agradeço pelo fôlego de vida e direcionamento para este projeto. “Entrega tuas obras ao Senhor, e teus planos serão bem-sucedidos” – Provérbios 16:3.

Aos meus pais, Elizely e Urbano, que são os meus maiores incentivadores, agradeço pelos ensinamentos, por todo o apoio para eu conseguir alcançar os meus sonhos e por sempre acreditarem em mim.

Ao meu irmão Thiago, pela força, incentivo e pelo apoio em todos os momentos.

À toda a minha família que sempre acreditou no meu potencial.

Aos meus pastores por todo o acolhimento e oportunidade em contribuir com este projeto para o Senhor.

À minha orientadora Lúcia Moreira, por toda dedicação, orientação e valiosas contribuições para este trabalho.

À equipe da Superintendência de Patrimônio Cultural do Maranhão, onde encerro o meu período de estágio acadêmico, agradeço pelo apoio, compreensão e pelas tardes alegres e descontraídas.

A todos que passaram pela minha vida profissional agregando conhecimento e referências.

Aos meus amigos, agradeço pelo carinho, apoio e incentivo, especialmente aos amigos que a vida acadêmica me proporcionou, pois ao longo dessa trajetória compartilhamos experiências e muitos momentos de risadas que deixaram essa etapa mais leve.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

“Deixem vir a mim as crianças e não as impeçam, pois o reino dos céus pertence aos que são semelhantes a elas”.

(Bíblia Sagrada, Mt 19:14)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo elaborar um anteprojeto de reforma e adequação de uma edificação para a implantação de um abrigo institucional destinado a crianças em situação de risco e vulnerabilidade social em São Luís, Maranhão. A pesquisa foi motivada considerando os impactos psicológicos negativos decorrentes do alto índice de violência contra menores no Brasil, que, frequentemente, resultam no afastamento do convívio familiar e encaminhamento dessas crianças para instituições de acolhimento. Nesse contexto, a instituição religiosa em que a autora faz parte reconhece sua responsabilidade social e propõe destinar uma casa de sua propriedade para a implantação do abrigo. O estudo destaca a relevância da arquitetura e psicologia na promoção do bem-estar, conforto e desenvolvimento integral das crianças acolhidas. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa exploratória, envolvendo revisão bibliográfica, diretrizes legais e projetuais, levantamento métrico e fotográfico, análise do terreno e entorno e pesquisa de referenciais arquitetônicos. Diante da necessidade em ter um profissional voluntário que contribua com o projeto de reforma e adequação da edificação, o resultado foi a elaboração da Casa Ágape, uma proposta de anteprojeto que, além de atender às demandas básicas de uma instituição de acolhimento, oferece uma estrutura segura e acolhedora, promovendo o bem-estar físico, mental e emocional das crianças.

Palavras - chave: abrigo institucional; bem-estar; desenvolvimento infantil; projeto de reforma.

ABSTRACT

The present work aims to develop a preliminary project of reform and adaptation of a building for the implementation of an institutional shelter for children at risk and social vulnerability in São Luís, Maranhão. The research was motivated by considering the negative psychological impacts resulting from the high rate of violence against minors in Brazil, which often result in the removal of these children from family life and their referral to foster institutions. In this context, the religious institution of which the author is part recognizes its social responsibility and proposes to allocate a house of its own for the implementation of the shelter. The study highlights the relevance of architecture and psychology in promoting the well-being, comfort and integral development of children. The research was conducted through an exploratory qualitative approach, involving bibliographic review, legal and design guidelines, metric and photographic survey, analysis of the terrain and surroundings and research of architectural references. Given the need to have a volunteer professional who contributes to the project of reform and adaptation of the building, the result was the elaboration of Casa Ágape, a proposal for a preliminary project that, in addition to meeting the basic demands of a host institution, offers a safe and welcoming structure, promoting the physical, mental and emotional well-being of children.

Keys – Word: institutional shelter; well-being; child development; reform project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Painel de denúncias e violações dos direitos humanos recebidas pela ONDH.....	13
Figura 2 - Primeira Roda dos Expostos, Roma.	19
Figura 3 - Roda de Expostos do Rio de Janeiro. Museu do IHGB, Rio de Janeiro...22	
Figura 4 - Linha do tempo dos marcos legais da infância no Brasil.....	24
Figura 5 - Planta Baixa Brazilian Kids Kare	28
Figura 6 - Dormitórios.....	29
Figura 7 - Cozinha e despensa.....	30
Figura 8 - Área externa.....	30
Figura 9 - Varanda/ refeitório e sala de TV.....	30
Figura 10 - Cozinha	32
Figura 11 - Despensa	32
Figura 12 - Quadra	32
Figura 13 - Tabela de afastamentos.....	53
Figura 14 - Dimensão do módulo de referência.....	54
Figura 15 - Largura para deslocamento em linha reta.....	54
Figura 16 - área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.	55
Figura 17 - Casa-abrigo Sibbe.....	59
Figura 18 - Casa-abrigo sibbe - área externa.....	59
Figura 19 - Casa-abrigo Sibbe - Planta baixa térreo e primeiro pavimento.	60
Figura 20 - Casa-abrigo Sibbe - Corte e implantação.	60
Figura 21 - Casa-abrigo Sibbe - interiores.....	61
Figura 22 - Casa Rana/ Made in Earth.....	62
Figura 23 - Casa Rana.	62
Figura 24 - Casa Rana - Planta Baixa.....	63
Figura 25 - Moradas Infantis Canuanã.	64
Figura 26 - Moradas Infantis Canuanã.	64
Figura 27 - Moradas Infantis – térreo e primeiro pavimento.	65
Figura 28 - Moradas Infantis - Quartos.....	66
Figura 29 - Moradas Infantis - pátios.....	66
Figura 30 - Moradas Infantis - áreas de convivência – pavimento superior.....	66

Figura 31 - Madeira, adobe e grafismo.....	67
Figura 32 - Mapa do local de intervenção	70
Figura 33 - Mapa de uso e ocupação do solo.....	71
Figura 34 - Mapa de equipamentos urbanos.....	72
Figura 35 - Análise de insolação e ventilação do terreno.	73
Figura 36 - Sala de estar	74
Figura 37 - Sala de jantar	74
Figura 38 - Cozinha	74
Figura 39 - Quartos	75
Figura 40 - Fachada principal – Rua das Begônias.....	75
Figura 41 - Fachada lateral – Rua dos Antúrius.	76
Figura 42 - Fachada frontal - edificação.	76
Figura 43 - Fachada lateral esquerda e área livre.	76
Figura 44 - Fachada posterior e lavanderia.	77
Figura 45 - Fachadas frontal e lateral.....	77
Figura 46 - Setorização	79
Figura 47 - Fachada - Rua das Begônias.....	80
Figura 48 - Layout humanizado	81
Figura 49 - Planta baixa levantamento e planta baixa proposta	81
Figura 50 - Novo bloco - refeitório, cozinha e setor administrativo.	82
Figura 51 - Refeitório.....	83
Figura 52 - Acesso setor administrativo	83
Figura 53 - Playground	84
Figura 54 - Fachada frontal	85
Figura 55 - Sala de estar e sala de estudos	85
Figura 56 - Dormitórios feminino e masculino	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modalidades de serviço de acolhimento de crianças e adolescentes. ...	48
Quadro 2 - Infraestrutura e espaços mínimos sugeridos.....	50
Quadro 3 - Pré-dimensionamento e setorização.	77

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

MPPR - Ministério Público do Paraná

NBR - Normas Técnicas Brasileiras

ONDH - Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

PNDU – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SEMCAS – Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social

SNA - Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

SUS – Sistema único de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17
2.1 Acolhimento institucional no mundo	17
2.2 Acolhimento institucional no Brasil	20
2.3 Acolhimento institucional em São Luís do Maranhão	25
2.3.1 Brazilian Kids Kare.....	28
2.3.2 Lar de José	30
2.4 Síntese do capítulo	33
3 DESENVOLVIMENTO HUMANO	35
3.1 Teorias do desenvolvimento	35
3.2 Papel da família no desenvolvimento infantil	38
3.3 Síntese do capítulo	39
4 ARQUITETURA E PSICOLOGIA EM FUNÇÃO DO BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL	41
4.1 Psicologia ambiental	41
4.2 A percepção do ambiente físico e sua relação com o bem-estar dos usuários	42
4.3 Fundamentos da arquitetura	43
4.3 Síntese do capítulo	45
5 LEGISLAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRA (NBRs)	46
5.1 Estatuto da Criança e do Adolescente	46
5.2 Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	48
5.3 Legislação Urbanística Municipal	52
5.4 Normas Técnicas Brasileiras – NBRs	53
5.5 Síntese do capítulo	56

6 REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	58
6.1 Casa-abrigo de Sibbe / Atelier M Architects + Planners bv.....	58
6.2 Casa Rana / Made in Earth	61
6.3 Moradas Infantis Canuanã – Fundação Bradesco / Aleph Zero e Rosenbaum	63
6.4 Síntese das referências	67
7 PROPOSTA CASA ÁGAPE	69
7.1 Estudo preliminar.....	70
7.1.1 Local de intervenção.....	70
7.1.2 Análise do entorno.....	71
7.1.3 Análise do terreno.....	72
7.1.4 Programa de necessidades e pré-dimensionamento.....	77
7.2 Memorial justificativo	78
7.3 Anteprojeto.....	86
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

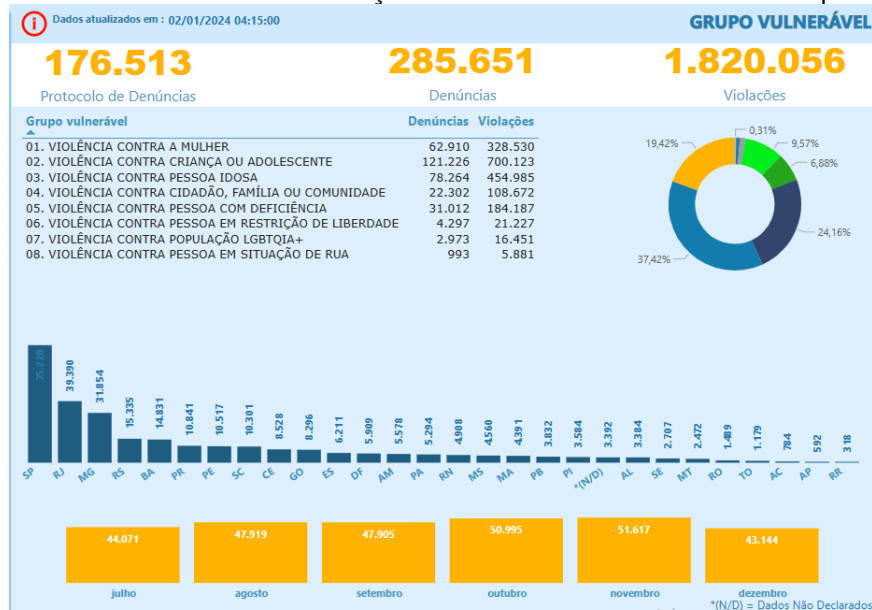
É indubitável que muitas crianças e adolescentes são levados ao Acolhimento Institucional devido ao alto índice de violência a que estão expostos. O Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, publicado em 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), aponta que 35 mil crianças e adolescentes foram mortas violentamente entre 2016 e 2020, enquanto aproximadamente 180 mil foram vítimas de crime de estupro entre 2017 e 2020. Esses dados evidenciam o risco e a vulnerabilidade em que esse grupo está submetido.

A conceituação de vulnerabilidade de menores está associada à ideia de fragilidade e dependência a qual estes enfrentam, principalmente as de menor condição socioeconômica. A dependência das crianças em relação aos adultos as torna vulneráveis, pois necessitam do suporte de seus responsáveis para realizar diversas atividades cotidianas. Nesse sentido, elas são vistas como vítimas e seres em formação, cujas responsabilidades recaem sobre a família, a sociedade e o Estado (Sierra; Mesquita, 2006).

No entanto, os fatores de risco e vulnerabilidade vão além da condição socioeconômica, envolvendo também as dinâmicas de relacionamento entre crianças e adultos, tanto em contextos públicos quanto privados. A violência doméstica, o abuso sexual, a carência familiar, problemas com dependência química e alcoólica por parte dos responsáveis, a precariedade de moradia e serviços básicos, como educação e saúde, além do trabalho e prostituição infantil, são os principais fatores que levam as crianças a precisarem de serviço de acolhimento institucional (Sierra; Mesquita, 2006).

De acordo com a análise de dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), dentre os grupos de vulneráveis, o que mais sofre violações e recebe denúncias de violência é o grupo de crianças e adolescentes, registrando um total de 121.226 denúncias e 700.123 casos de violações, somente no segundo semestre de 2023 (Figura 1).

Figura 1 - Painel de denúncias e violações dos direitos humanos recebidas pela ONDH.



Diante desse cenário, o Acolhimento Institucional surge como uma medida protetiva excepcional e provisória, estabelecida pelo Artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) de 2024 indicam que aproximadamente 33 mil crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos, estão em serviços de acolhimento no Brasil. Cada uma dessas crianças carrega consigo experiências predominantemente negativas, resultado das circunstâncias que as levaram ao sistema institucional.

De acordo com o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Brasil, 2016). A infância é a fase fundamental para o desenvolvimento físico e emocional do ser humano, portanto, é função dos pais ou responsáveis oferecer apoio e orientação durante esse período.

Segundo Savi (2008), o contexto ambiental em que a criança e o adolescente estão inseridos influencia diretamente no desenvolvimento e comportamento espacial do indivíduo, e este pode se apresentar como agente facilitador ou não: “(...) a percepção do espaço e do lugar é determinada por uma série de fatores físicos e psicológicos do usuário e do ambiente” (Savi, 2008, p. 84). Contudo, o sistema de acolhimento institucional deve viabilizar a reestruturação e

reconstrução através de um ambiente facilitador que proporcione acolhimento social, afetivo e emocional aos pequenos.

Diante da problemática, a instituição religiosa à qual a autora está ligada, surgiu com um propósito de implantar um abrigo para acolher crianças em situação de risco e vulnerabilidade em São Luís, no bairro Cohama. Esse desejo, inicialmente, foi impulsionado através da experiência profissional de um dos idealizadores do projeto, uma assistente social aposentada que dedicou muitos anos de sua carreira ao cuidado de pessoas em condições adversas, testemunhando muitas dificuldades enfrentadas por crianças e jovens em vulnerabilidade e conflitos com a lei, muitas vezes resultando em internações precárias.

Além disso, a justificativa para este trabalho parte da sensibilidade da igreja ao reconhecer a responsabilidade social de responder à causa da proteção infantil. Portanto, a Instituição de Abrigo ocupará uma edificação existente, de propriedade da igreja, que, por unanimidade, foi decidido destiná-la para a implantação da Casa Ágape¹. Por ser um projeto social sem fins lucrativos, que conta com a colaboração de voluntários e profissionais qualificados, a autora observou a oportunidade em contribuir com o projeto de reforma e adequação da edificação existente para receber as crianças que serão acolhidas futuramente.

Ademais, a instituição religiosa possui um histórico consolidado em lidar com conflitos familiares e promover a reconciliação. Portanto, esta decisão solidifica o compromisso da igreja com a comunidade, como também representa uma oportunidade de auxiliar as famílias no contexto de preparação das crianças e jovens para reintegração familiar.

Diante de tais motivações, a presente pesquisa tem como objetivo geral elaborar um anteprojeto de reforma e adequação de uma edificação para implantação de um abrigo institucional destinado para crianças de 6 a 10 anos em situação de risco e vulnerabilidade social em São Luís – MA, no bairro Cohama. Para isso, como objetivos específicos é necessário compreender o processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes; entender como o ambiente pode refletir no desenvolvimento do ser humano; propor soluções de arquitetura que estimulem o

¹ O nome Casa Ágape é inspirado na crença cristã onde “ágape” significa o amor de Deus, ou seja, amor incondicional.

desenvolvimento integral das crianças acolhidas, promovendo bem-estar físico, mental e emocional.

A metodologia é de abordagem qualitativa exploratória, tendo como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizados livros e artigos científicos para contextualização do processo histórico de acolhimento institucional infantil, como também para a compreensão do desenvolvimento humano e das influências do contexto ambiental em que estão inseridos. Em seguida, foram realizadas as etapas de levantamento métrico e fotográfico do local de intervenção, análise do terreno e do entorno, levantamento do programa de necessidades, pesquisa de referenciais arquitetônicos e, por fim, desenvolvimento da proposta de anteprojeto. Após conclusão de todas as etapas de coleta, estudo e análise, foi possível desenvolver uma proposta de anteprojeto que atendesse além das demandas básicas de uma instituição de acolhimento, oferecendo estrutura e serviços capazes de promover conforto, segurança, saúde e bem-estar a esse grupo de indivíduos, seguindo todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

O presente trabalho foi dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo trata do processo histórico da institucionalização de crianças pelo mundo, até chegar no Brasil, e por fim, em São Luís. Nesse contexto, Marcílio (1998) apresenta a trajetória da assistência social no Brasil, caracterizando-a em três diferentes fases: *caritativa, filantrópica e o Estado do Bem-Estar Social*. Segundo o autor, a última fase fundamentou o sistema atual de proteção à infância, com o Estado assumindo a posição de principal responsável e pela criação de órgãos públicos para políticas a favor das crianças e adolescentes.

No segundo capítulo, destaca-se algumas teorias do desenvolvimento humano relacionados ao eu físico, cognitivo e psicossocial. Compreende-se que o processo de crescimento e amadurecimento do indivíduo pode ser influenciado por traços genéticos transmitidos pelos pais biológicos, através da hereditariedade, como também são influenciáveis pelo ambiente e experiências vivenciadas. Segundo Palalia e Feldman (2013), ainda que a herança genética seja um dos fatores determinantes para o desenvolvimento intelectual, os estímulos externos, a educação e outras variáveis também são fundamentais nesse processo.

A partir de um olhar da psicologia em colaboração com a arquitetura, o terceiro capítulo fala sobre a relação do homem com o ambiente através dos estudos da Psicologia Ambiental, trazendo visão interdisciplinar entre essas duas áreas de conhecimento. Além disso, enfatiza sobre a percepção do ambiente construído através das repostas psicológicas, emocionais e comportamentais dos usuários.

O quarto capítulo se debruça sobre (i) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da Criança e do Adolescente; (ii) as Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, recomendações de medidas e ambientes ideais para serviço na modalidade Abrigo Institucional; como, também, (iii) legislações urbanísticas municipais e Normas Técnicas Brasileiras (NBR), fundamentais para o desenvolvimento da proposta de anteprojeto.

No quinto capítulo, aborda-se alguns projetos de abrigos infantis pelo mundo, a fim de utilizá-los como referências para a presente proposta. Por fim, no sexto capítulo, é apresentado o local de implantação da Casa Ágape, como também todo o estudo que envolve o terreno e o entorno, prosseguido do desenvolvimento do anteprojeto e apresentações do memorial justificativo, imagens projetuais e pranchas técnicas.

Concluindo a monografia, são traçadas as considerações finais que destaca a importância da sensibilidade e atenção ao público infantil, enfatizando como a reforma e adequação do espaço da Casa Ágape podem aprimorar a qualidade do acolhimento institucional de São Luís.

2 ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Entende-se por acolher: receber; dar acolhida; agasalhar; hospedar; admitir; ter em consideração; abrigar-se, recolher-se, refugiar-se; amparar-se (Bueno, 2007). O acolhimento, em suas várias definições, expressa o mesmo sentido através de uma ação protetora e atitude de inclusão. Portanto, o presente capítulo aborda o percurso histórico de acolhimento de crianças e adolescentes para contextualização do tema de projeto de abrigo institucional.

2.1 Acolhimento institucional no mundo

A prática do abandono de crianças é um tema presente em toda a trajetória da humanidade. Segundo Marcílio (1998), na Grécia clássica, se houvesse deficiência ou pobreza na família, o abandono e o infanticídio eram admitidos. Assim também em Roma, onde as referidas práticas eram lícitas e usuais, visto que a decisão sobre conceber um recém-nascido era unicamente do chefe de família (Marcílio, 1998).

Durante o Império Romano, aos poucos algumas mudanças foram ocorrendo em favor das crianças expostas. Por volta do século II d.C. e III d.C., os Imperadores dos respectivos períodos decretaram a venda de crianças como ilegal e vergonhosa, além de proibir a servidão forçada como pagamento de dívidas dos pais. No entanto, não foi suficiente para acabar com as práticas de abandonar, tirar a vida dos bebês e de expor os pequenos esperando que alguém recolhesse para criar (Marcílio, 1998).

A regulamentação do direito da adoção surgiu, primeiramente, ainda na Roma Imperial. Segundo os costumes romanos da época, prosseguir com a linhagem da família era mais importante do que preservar laços consanguíneos. Ademais, a adoção também controlava a política das heranças, uma vez que um filho adotivo poderia receber um cargo importante e uma carreira pública através de seu pai adotivo (Marcílio, 1998).

No período em que o cristianismo se difundiu no Império Romano, os membros da igreja preocupavam-se com o abandono dos pequenos, mas não existia nenhuma condenação ou penalidade para quem praticasse o ato. Ao contrário, a

prática ainda era justificável para as famílias em situação de pobreza. Para eles, encontrar uma família substituta que acolhesse a criança exposta era mais importante que tomar medidas para evitar o abandono (Marcílio, 1998).

Na idade média, após queda do Império Romano, a exposição de menores ainda era uma prática recorrente. A igreja, considerada a principal responsável por destinar os enjeitados², continuava sem se preocupar em punir aqueles que enjeitavam. As crianças eram tratadas como objetos e mercadoria, visto que poderiam ser vendidas, e as famílias que os adotavam tinham poder de fazer o que quisessem com os menores, criando-as como livres ou como escravas (Marcílio, 1998).

Em meio a mudanças na organização da igreja e na sociedade, por volta do século XIII, surgiram as primeiras instituições de proteção à infância. Nesse período, a assistência caritativa foi ganhando um caráter público e coletivo, deixando de ser associado, unicamente, ao caráter religioso e passando a responsabilidade, também, para os governos locais. Iniciava, assim, a fase de caridade pública, como dito por Marcílio (1998):

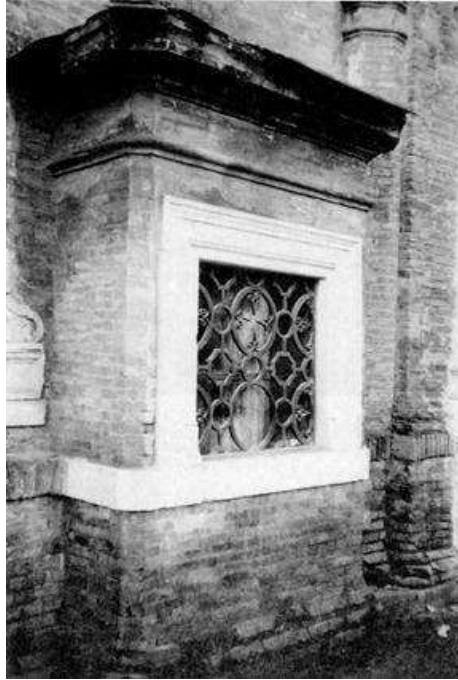
Nesse novo contexto, a noção e a organização tradicional da caridade no plano individual não respondiam mais às novas e crescentes necessidades da sociedade. Os responsáveis pelas comunidades urbanas apressaram-se em preencher os vazios, assumindo o controle dos serviços sociais para melhor organizar a assistência comunal. Essa foi a primeira etapa de um longo processo de evolução para uma assistência secular e pública (Marcílio, 1998, p.48).

Sendo assim, “alguns hospitais medievais passaram a aceitar os pequenos expostos” e “[...] os asilos para crianças abandonadas – os chamados *brefotrófios* – passaram a ser frequentes [...]” (Marcílio, 1998, p.50).

Por volta do ano 1203, no rio Tibre, em Roma, pescadores retiraram uma grande quantidade de bebês afogados durante a pesca. Após o fatídico evento, o Papa Inocêncio III comoveu-se e decidiu destinar o hospital Santo Espírito *in Saxia* – ao lado do Vaticano – para receber pequenos abandonados. Logo na lateral do muro do hospital, instalou-se a primeira Roda de Expostos da Europa (Figura 2) – local onde eram deixados os bebês sem que os responsáveis pelo abandono fossem vistos (Marcílio, 1998).

² O mesmo que rejeitado e abandonado (Bueno, 2007).

Figura 2 - Primeira Roda dos Expostos, Roma.



Fonte: Marcílio (1998)

Além disso, os bebês recolhidos das rodas eram entregues a amas de leite, assim chamadas as mulheres que eram pagas pelas municipalidades para cuidar dos expostos em suas casas até desmamarem. Esse sistema perdurou por mais sete séculos seguintes, espalhando-se por toda a Europa, como também por outros continentes colonizados pelo Ocidente católico (Marcílio, 1998).

De acordo com as descrições de Marcílio (1998) sobre a assistência de crianças abandonadas, nota-se que as instituições que as abrigavam, em sua maioria, eram instituições hospitalares. Esses locais não somente abrigavam menores, mas também prestavam assistência as pessoas enfermas: “Nesses hospitais, em geral, os bebês coabitavam com os doentes adultos, frequentemente no mesmo quarto, prática essa que perdurou até o século XIX” (Marcílio, 1998, p.52).

Durante o Iluminismo³, um período marcado pelo avanço do pensamento racional e crítico na Europa do século XVIII, a assistência infantil passou por uma transformação significativa. Conhecido como fase filantrópica, este período passou por uma transição das práticas tradicionais de caridade religiosa para um modelo de beneficência pública. Influenciados pelas ideias iluministas, que valorizavam o

³ “O Iluminismo originou-se no fermento político, social e econômico da Inglaterra de fins do século XVII, com Locke e Newton, especialmente”. O iluminismo era baseado nas ideias de “[...] aceitação do supremo valor social da inteligência – e, por conseguinte, a crença na grande utilidade da razão para o progresso social (Marcílio, 1998, p.74).

progresso social e econômico, os teóricos da época argumentavam que os abandonados deveriam se tornar soldados, servindo o Estado como forma de compensação pela assistência prestada (Marcílio, 1998). Esta perspectiva progressista rompe com as práticas assistenciais predominantemente religiosas – fase caritativa – que caracterizaram séculos anteriores.

No entanto, o crescimento da população, guerras, doenças, aumento do número de abandonados e alta mortalidade infantil mostrou a incapacidade das instituições de assistir a demanda do período filantrópico. Ainda no século XVII, o higienismo iniciou programas para reduzir a mortalidade infantil, estabelecendo novas normas para amas de leite, intervenções nas condições de parto, instrução das mães na alimentação infantil e promovendo campanhas de aleitamento materno, higiene e vacinação contra varíola, como também cuidados médicos para prevenir doenças. Além disso, criou-se programas de capacitação profissional para crianças abandonadas, introduzindo a educação profissionalizante tanto para meninos, com oficinas como ferreiros e marceneiros, quanto para meninas, ensinando corte e costura, bordado e artesanato (Marcílio, 1998).

Por volta do século XIX, mais mudanças ocorreram na história da infância abandonada da Europa, as Rodas dos Expostos – sistema que durou longos séculos – foram fechando progressivamente. Em Portugal, a primeira Roda a ser fechada foi a de Porto e, em seguida, a de Lisboa (Marcílio, 1998). Ademais, “o fechamento da maioria das Rodas de Portugal, a partir da década de 1860, determinou queda vertical no fenômeno de abandono de crianças em Portugal (Marcílio, 1998, p.113), e esse modelo foi “[...] substituído por um sistema de financiamento público à maternidade” (Marcílio, 1998, p.114).

O assistencialismo implantado no antigo regime de Portugal também se estendeu pela colônia brasileira ao longo de sua história, conforme será apresentado a seguir.

2.2 Acolhimento institucional no Brasil

Durante o período em que o Brasil esteve sob o domínio da corte portuguesa (1500-1822), a questão das crianças abandonadas e em situação de vulnerabilidade foi profundamente impactada pelas políticas e estruturas sociais da

época. A estrutura social fundamentou-se na desigualdade socioeconômica, resultando em um sistema escravocrata que afetou, especialmente, os mais jovens. Frequentemente recorriam ao trabalho infantil, por ser “mão de obra” mais barata que a importação de escravos adultos.

Segundo Marcílio (1998), a trajetória da assistência social às crianças abandonadas no Brasil seguiu o modelo europeu, dividindo-se em três diferentes fases: *caritativa, filantrópica e o Estado do Bem-Estar Social*.

A primeira fase estende-se até meados do século XIX e se caracterizou por ações de caridade e beneficência. Com inspiração religiosa, os mais ricos e poderosos tentavam minorar o sofrimento dos desamparados por meio de esmolas e boas ações, buscando receberem em troca a salvação de suas almas, reconhecimento da sociedade e o “status” de beméritos (Marcílio, 1998).

A assistência e políticas sociais, nessa fase, dividiu-se de três formas: uma informal e duas formais. Formalmente, as Câmaras Municipais eram responsáveis por prover assistência aos abandonados, conforme a legislação portuguesa. Em seguida, foram firmados convênios das Câmaras Municipais com as Santas Casas de Misericórdias – irmandades católicas de assistência aos enfermos e aos pobres – que começaram a amparar os pequenos estabelecendo Rodas e Casas de Expostos. Por fim, o terceiro sistema de acolhimento foi o mais abrangente e estendeu-se do século XVI até os dias atuais, em que famílias ou indivíduos recolhiam os recém-nascidos que eram deixados nas portas de casas ou igrejas e decidiam criá-los, tornando-os filhos de criação (Marcílio, 1998).

O acolhimento em casas de família foi o mais amplo sistema de proteção à infância e presente na história de acolhimento institucional de crianças no Brasil, “o costume de criar um filho alheio nas famílias foi amplamente difundido e valorizado” (Marcílio, 1998, p. 136).

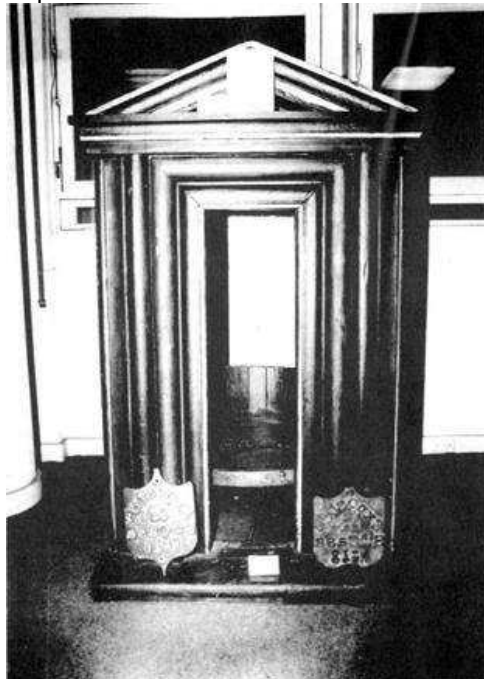
Entretanto, no contexto de uma sociedade escravista, as crianças recolhidas muitas vezes serviam de mão de obra gratuita, pois a maioria das famílias que as recebiam em suas casas não possuíam nenhum ou somente um único escravo, ou seja, os chefes de famílias mais pobres que não tinham condições financeiras para comprar um escravo, encontravam uma forma de obter trabalho gratuito

complementar para os serviços domésticos incorporando um exposto – criança abandonada – em sua casa (Marcílio, 1998).

Por volta do século XIX, no Brasil Colônia, as Câmaras Municipais eram responsáveis pelas crianças sem família, mas raramente assistiram todas as crianças expostas. Na maioria das vezes, as Câmaras contratavam serviços de amas de leite que cuidavam e educavam as crianças até os sete anos de idade, em troca de dinheiro, ou estabeleciam convênios com as Santas Casas de Misericórdias⁴. Os pequenos dependiam da caridade de famílias para os criarem gratuitamente ou acabavam morrendo precocemente, circulando de casa em casa, ou perambulando pelas ruas em busca de proteção, auxílio e sobrevivência (Marcílio, 1998).

A assistência social de menores, até meados do século XIX, era realizada, na maior parte das vezes, pelas Santas Casas. Foi criada a Roda dos Expostos (Figura 3), que ficavam nas janelas, onde as pessoas deixavam o bebê em uma caixa e davam uma volta na roda fazendo o pequenino passar para o interior do local e, logo após, seguiam seu caminho sem serem vistas. Esse sistema de atendimento aos bebês abandonados surgiu na Europa católica, chegando ao Brasil no período colonial e extinto durante a República (Marcílio, 1998).

Figura 3 - Roda de Expostos do Rio de Janeiro. Museu do IHGB, Rio de Janeiro.



Fonte: Marcílio (1998)

⁴ Irmandades católicas que prestavam assistência aos enfermos e abandonados.

Diante disso, um dos maiores fatores do abandono infantil no mundo foi, e ainda é, a pobreza. De acordo com Marcílio (1998),

Por melhor que fossem as condições naturais da terra, o sistema colonial implantado – de escravidão e da concentração de riqueza, em torno da grande propriedade monocultora, para a exportação – determinou a existência de uma linha de pobreza abaixo da qual se situava boa parte da população livre. Com o fim da escravidão, o sistema que existiu foi sempre o da forte concentração de rendas e da exclusão, de marginalização de uma faixa considerável da população (Marcílio, 1998, p.257).

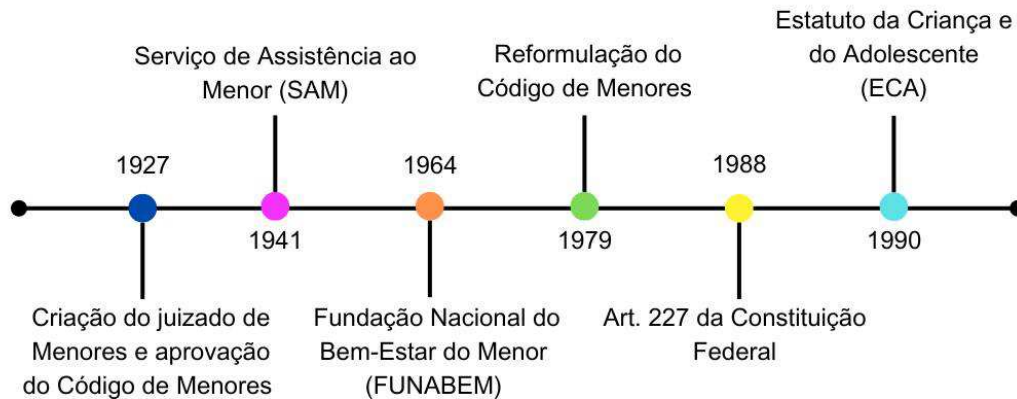
A maioria das crianças que foram abandonadas vieram das camadas mais pobres e marginalizadas da sociedade. Contudo, as causas do abandono não se restringiam às condições socioeconômicas. Marcílio (1998) cita, ainda, filhos ilegítimos, o controle do tamanho da família, enfermidades, falta de leite materno e a honra da mulher e da família como algumas das justificativas para a exposição dos menores nas Rodas.

Em resumo, a segunda fase – conhecida como filantrópica – ocorreu em meados do século XX e é marcada por profundas mudanças sociais no contexto da infância no Brasil. O marco inicial foi o fim do regime escravista, prosseguido da queda da Monarquia, separação da Igreja e do Estado, avanço da legislação social pró-infância e construção dos Direitos da Criança (Marcílio, 1998). Entretanto, mesmo após a abolição da escravidão, em 1888, não foi possível apagar os resquícios e profundas marcas deixadas na sociedade brasileira.

Outrossim, a fase do Estado do bem-estar iniciou-se por volta da década de 1960, quando o Estado assume a posição de principal responsável pela assistência e proteção da infância e juventude. Começaram a criar órgãos públicos voltados para o cumprimento das políticas nacionais relacionadas à infância, como a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, que mais tarde foi extinta. Em seguida, houve a reformulação do primeiro Código de Menores de 1927, que deu origem ao segundo código de leis, o Estatuto do Menor de 1979 (Marcílio, 1998).

A linha do tempo abaixo (Figura 4) mostra os principais marcos legais da infância no Brasil:

Figura 4 - Linha do tempo dos marcos legais da infância no Brasil.



Fonte: Autoral (2024).

O primeiro Código de Menores (1927) estabeleceu a maioria penal de 18 anos e proibiu a Roda dos Expostos. Além disso, segundo o Ministério Público do Paraná (MPPR), criou-se a “escola de preservação para delinquentes” e a “escola de reforma para o abandonado”.

Ademais, no ano de 1941, foi estabelecido o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), responsável pelo controle da assistência e encaminhamento dos menores para instituições de acolhimento ou reformatórios. Posteriormente, extinguiu-se o SAM e instituiu-se a FUNABEM.

A reformulação do primeiro Código de Leis deu origem ao segundo (1979), em que houve uma mudança da “doutrina da situação irregular” para a “doutrina da proteção integral”. A maior crítica referente à primeira doutrina diz respeito a tratar a situação dos menores infratores da mesma forma que as menores vítimas da pobreza, maus tratos e abandono. Entretanto, o novo Código se baseava no modelo anterior, permitindo que crianças e jovens em situação irregular fossem recolhidos e condenados a orfanatos até a maioria (MPPR, 2015).

Os antigos códigos de menores, na realidade, percebiam os abandonados como uma patologia social a ser tratada e os diferenciavam de outras crianças que não precisavam de assistência do Estado, em um contexto de exclusão social (Sierra; Mesquita, 2006). Por volta da década de 1980, o Brasil passou por movimentos sociais que acarretaram mudanças importantes para o serviço de atendimento institucional. Especialmente após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em

1990, todas as crianças foram reconhecidas como cidadãos de direitos em desenvolvimento, assegurando-lhes proteção e cuidado integral (Brasil, 1990).

O art. 98 do ECA prevê situações de violações de direitos que requerem medidas de proteção e acolhimento de crianças e adolescentes. Além disso, a Lei de nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, também conhecida como Lei da Adoção, atualizou o Estatuto com o objetivo de facilitar e humanizar o processo de adoção e acolhimento, garantindo um ambiente familiar, seguro e afetivo aos acolhidos (Brasil, 2009). Dessa forma, o Estatuto e suas atualizações legais representam o maior avanço na garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no Brasil.

2.3 Acolhimento institucional em São Luís do Maranhão

Ao adentrar na história da assistência de crianças abandonadas no Maranhão, há poucos registros históricos a respeito da temática. Entretanto, com base na história do Brasil, pode-se compreender como ocorreu esse processo.

No Maranhão também houve a implantação do sistema de Roda dos Expostos. Nos primeiros anos após a independência do Brasil, “[...] algumas províncias gradualmente tomaram consciência do grave e crescente problema social dos pequenos desamparados [...]” (Marcílio, 1998, p.153), resultando na criação de mais uma dezena de Rodas. Nesse contexto, inaugurou-se a Roda de Expostos de São Luís em 15 de julho de 1829, sob a responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia da capital (Marcílio, 1998).

A Santa Casa de Misericórdia de São Luís foi uma das primeiras instituições de saúde fundadas no Brasil, inaugurada em 1653, por iniciativa da irmandade da misericórdia, sob comando do padre Antônio Vieira (Meireles, 1994 *apud* Viveiros, 2016). Observa-se que esse modelo de assistência possuía um caráter caritativo, associado ao sentimento de piedade, conforme descrito no subcapítulo sobre o acolhimento institucional no Brasil.

Segundo o site do Centro de Referência em Educação Integral (2014), o Sistema de Garantia de Direitos reúne órgãos e entidades que atuam em três eixos: defesa, promoção e controle, para a efetivação dos direitos da criança e do

adolescente no âmbito federal, estadual e municipal. Os principais atores envolvidos são: Conselhos Tutelares, Ministério Público, Varas da Infância e da Juventude, Promotorias da Infância e Juventude, além de muitos outros que atuam em parceria entre o poder público e a sociedade civil.

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) é órgão da prefeitura de São Luís que foi instituído pela Lei nº4853, de 03 de setembro de 2007. Seu papel é coordenar e executar a política pública de Assistência Social a nível municipal, realizando um conjunto de ações que visam garantir proteção e direitos sociais as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social (Prefeitura de São Luís).

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos e garantia da proteção integral das crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Além disso, exercem a função de fiscalização e aplicação das políticas públicas a esse público, agindo por meio de denúncia de ameaça ou violação de direitos. O órgão possui vínculo administrativo com o Poder Executivo, representado pela Prefeitura por meio da SEMCAS (Prefeitura de São Luís).

Cabe à Vara da Infância e da Juventude autorizar o pedido de acolhimento para que este seja realizado, por meio da autorização judicial competente (Nunes; Silva, 2021).

Atualmente, há duas Promotorias Especializadas da Infância e Juventude que atuam em São Luís, identificadas pelas numerações 41º e 42º da Promotoria da Infância e Juventude. Considerando informações coletadas por meio de contato com a 42ª Promotoria durante o período da pesquisa, o papel do promotor é fiscalizar; acompanhar os processos dos acolhidos, analisando se voltarão à família ou se serão encaminhados para adoção; inspecionar semestralmente os abrigos e propor ações e medidas de acolhimento.

O art. 145 do ECA preleciona que os estados poderão criar varas especializadas da infância e juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões (Brasil, 1990). Sendo assim, em São Luís atuam a 1º e a 2º Varas Especializadas da Infância e Juventude, destinadas à proteção de

crianças e adolescentes e às questões que envolvem adolescentes em conflitos com a lei, respectivamente (Nunes, Silva, 2021).

De acordo com o inciso VI do art. 88 do ECA, uma das diretrizes da política de atendimento visa a

integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei (Brasil, 1990).

É importante destacar que foi enviado um questionário por e-mail para a Superintendência de Alta Complexidade da SEMCAS a fim de obter dados precisos sobre o número de instituições em funcionamento em São Luís em 2024, mas não se obteve resposta. Portanto, os dados mais recentes encontrados pertencem a uma dissertação de mestrado em Políticas Públicas da autora Nunes (2020), da Universidade Estadual do Maranhão.

O serviço de acolhimento institucional infanto-juvenil é oferecido em 12 (doze) instituições em São Luís, de acordo com dados da pesquisa de Nunes (2020). O poder público local, através da SEMCAS, executa diretamente as unidades de acolhimento Casa de Passagem e Abrigo Luz e Vida, ao passo que as unidades Solidariedade é Vida, Lar Calábria⁵, Lar de José e Pousos Sociais são implementadas por organizações sociais. Além destas, a Casa Menino Jesus é uma instituição de natureza específica vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Nunes, 2020).

Durante a pesquisa, a autora visitou duas instituições de abrigo em São Luís, a fim de analisar a estrutura física e compreender como funciona o processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. A primeira e mais recente instituição, *Brazilian Kids Kare*, foi instalada em 2023; portanto, não consta nas pesquisas encontradas sobre o número de instituições existentes na cidade. A segunda instituição é o Lar de José, uma das mais antigas implantadas em São Luís.

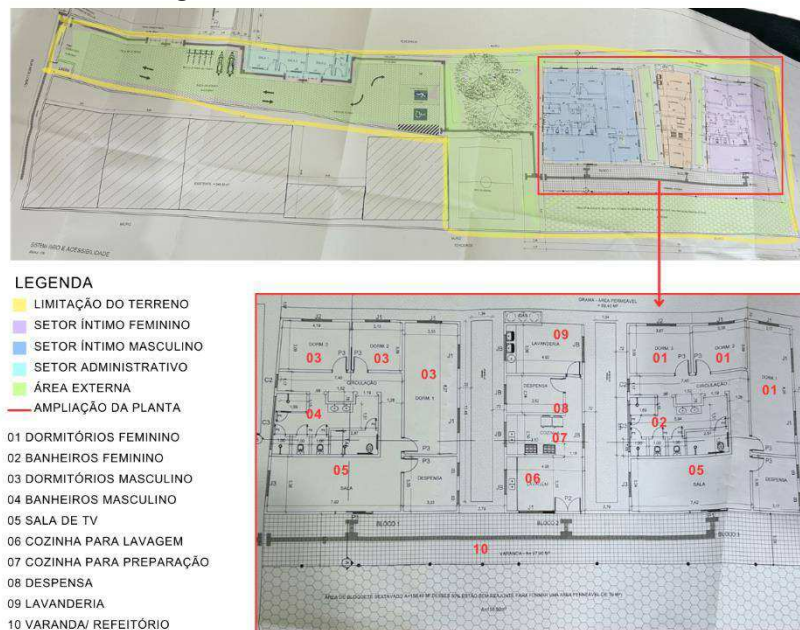
⁵ Ressalta-se que o Lar Calábria dispõe de 6 casas lares: Pérolas Calabrianas, Sementes do Reino, Raízes Calabrianas Divina Providência, Bons Meninos e Farol da Esperança.

2.3.1 Brazilian Kids Kare

O abrigo Institucional *Brazilian Kids Kare*, localizado no município de São Luís, Maranhão, é uma associação sem fins lucrativos que acolhe crianças em situação de vulnerabilidade de 0 a 11 anos. A instituição foi implantada em 2023 na cidade, mas existem outras três localizadas em outras cidades do Brasil. Por ser uma instituição recém implantada, seu nome não foi encontrado nas pesquisas realizadas sobre a lista das instituições existentes em São Luís.

De acordo com os coordenadores do abrigo, o projeto arquitetônico foi desenvolvido por um escritório de São Paulo, cujo nome não foi citado, responsável pelos projetos dos abrigos implantados nas outras cidades. O espaço possui capacidade para atender 20 crianças, mas atualmente acolhe 13 no total.

Figura 5 - Planta Baixa *Brazilian Kids Kare*



Fonte: Disponibilizada pela instituição, adaptada pela autora (2024).

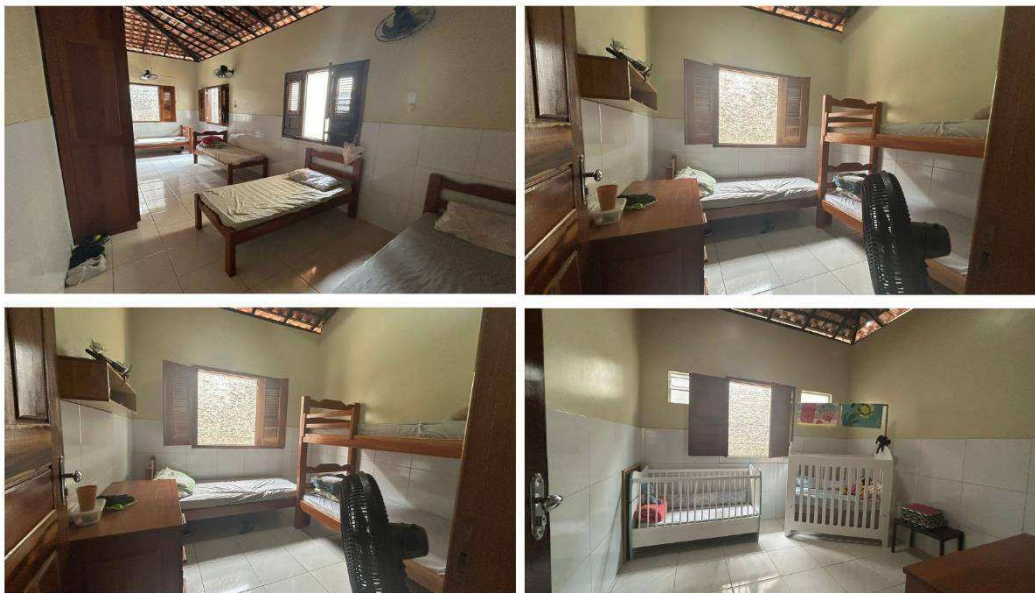
O layout do projeto (Figura 5) conta com ambientes como: sala de estar, cozinhas, área de serviço, dormitórios, varanda que funciona como refeitório, área de lazer externa, além de um setor administrativo separado dos blocos de setor social e íntimo.

A edificação é dividida em quatro blocos. Na parte frontal do terreno, tem-se o setor administrativo, com 4 salas para reuniões, coordenação, atendimento

psicopedagógico, descanso e 1 banheiro para funcionários. Atrás do terreno, encontram-se os blocos divididos da seguinte maneira: o primeiro destinado aos meninos, com sala de TV, despensa, 3 dormitórios e banheiro coletivo; o segundo abriga o setor de serviço, com cozinha dividida em dois espaços, um para lavagem e outro para preparação de alimentos, despensa e lavanderia; e, por fim, o bloco destinado às meninas, também com sala de TV, despensa, 3 dormitórios e banheiro coletivo. Há ainda, como área de lazer, uma ampla área externa, com uma caixa de areia em que as crianças podem brigar e realizar outras atividades (Figuras 6-9).

Como pontos fortes, ressalta-se a setorização bem definida, aproveitamento de iluminação natural e o potencial dos amplos cômodos. Em contrapartida, alguns aspectos projetuais acabam deixando o local monótono e sem identidade, como a ausência de elementos que identifiquem os quartos dos meninos e das meninas, bem como a falta de elementos decorativos que reflitam a personalidade dos acolhidos. Para transformar o espaço em um ambiente acolhedor e familiar, um dos pontos importantes é permitir que as crianças se sintam pertencentes a um lar, ajudando a fortalecer o senso de identidade e bem-estar.

Figura 6 - Dormitórios



Fonte: Autoral (2024).

Figura 7 - Cozinha e despensa

Fonte: Autoral (2024).

Figura 8 - Área externa

Fonte: Autoral (2024).

Figura 9 - Varanda/ refeitório e sala de TV

Fonte: Autoral (2024).

2.3.2 Lar de José

A segunda visita foi realizada no Lar de José, onde todas as informações coletadas foram descritas pela secretária do local. A instituição é uma das mais antigas instaladas na cidade de São Luís, fundada em 1947, sem vínculo governamental, acolhendo um público de meninas de 3 a 11 anos que são encaminhadas através das Varas ou Promotorias da Infância. Além disso, no local funciona uma escola fundada juntamente com o abrigo, uma ao lado oposto da outra, dividindo a área da quadra de esportes posicionada entre os dois blocos.

Ao chegarem no abrigo, as crianças geralmente apresentam medo e resistência no primeiro momento, mas com o tempo se adaptam ao ambiente. Apesar da faixa etária atendida ser de até 11 anos, muitas vezes o período de permanência ultrapassa o período máximo de 18 meses estabelecido pelo ECA e algumas crianças acabam alcançando a maioridade no abrigo. Foi relatado que no local reside uma senhora que foi deixada desde pequena e que hoje, com mais de 60 anos, ajuda a cuidar de outras crianças que passam pela mesma situação que passou. Além disso, os principais motivos que levam as crianças a precisarem de acolhimento são casos de maus tratos, abuso e situação de rua.

Atualmente, a instituição acolhe 9 meninas, que possuem uma rotina bem definida, incluindo horários para acordar, fazer as refeições, ir à escola, estudar e momentos de lazer.

Ao descrever a estrutura física, a instituição é composta por cinco dormitórios para as crianças, dormitórios para os cuidadores, banheiro coletivo, uma ampla cozinha com refeitório e despensa (Figuras 10 e 11), uma brinquedoteca que também funciona como sala de estudos e uma sala de TV. A área externa, que inclui uma quadra de esportes (Figura 12) também utilizada para eventos, bem como as salas administrativas, são compartilhadas entre o abrigo e a escola que fazem parte do local. Não foi permitido fotografar o setor íntimo.

Durante a visita, foi observado que a edificação é ampla e dispõe dos ambientes básicos para atender à demanda institucional de acolhimento, mas carece de elementos que criam uma sensação de lar e não estritamente institucional. A configuração atual dos espaços necessita de elementos que promovam o bem-estar dos residentes, como o contato com a natureza, o uso estratégico de cores e decoração que se identificam com as crianças. Portanto, a ausência desses aspectos pode refletir negativamente na qualidade de vida dos acolhidos, tornando a implementação de tais melhorias uma prioridade para criar um ambiente familiar e humanizado.

Figura 10 - Cozinha

Fonte: Autoral (2024).

Figura 11 - Despensa

Fonte: Autoral (2024).

Figura 12 - Quadra

Fonte: Autoral (2024).

2.4 Síntese do capítulo

Ao longo da história, o abandono de crianças foi uma prática inicialmente aceita na sociedade. A implantação de instituições de acolhimento e medidas protetivas às crianças foi um lento processo evolutivo. Entretanto, a influência do cristianismo pelo mundo resultou em maior preocupação sobre a temática e foi o pontapé para as primeiras discussões a respeito da assistência e dos direitos dos menores.

A era medieval testemunhou a necessidade de implantação das primeiras instituições de proteção à infância na Europa, inicialmente associadas a hospitais e à Igreja Católica. A assistência de crianças em instituições hospitalares e a utilização de Rodas de Expostos foram as formas mais comuns de atender a essa demanda social no mundo, e que durou vários séculos.

No Brasil colonial, o assistencialismo seguiu o modelo europeu, inicialmente relacionada à caridade religiosa. O sistema de Rodas dos Expostos foi o mais forte modelo implementado no século XIX, a partir do qual se recebia muitas crianças abandonadas. Além disso, a maioria delas provinham de um contexto de pobreza, mas também de ilegitimidade e enfermidades.

Com o fim da escravidão e a transição para a República, o Brasil passou por uma reformulação das políticas de assistência, resultando na criação de órgãos públicos e na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano de 1990, que assegura proteção integral a todas as crianças.

Em São Luís, o sistema de Rodas dos Expostos foi implementado em 1829, sob a responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia. Atualmente, o Sistema de Garantia de Direitos envolve várias instituições, como Conselhos Tutelares e Varas da Infância, que encaminham crianças em vulnerabilidade para instituições de acolhimento. A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) coordena a política pública de assistência social, com 12 (doze) instituições oferecendo acolhimento na cidade.

Ainda que as atuais instituições forneçam infraestrutura básica de acolhimento – como dormitórios, refeitório, banheiro, espaço para atividades e lazer – é necessário não somente proporcionar abrigo, mas, também, buscar estratégias para promover um ambiente familiar e afetivo.

Em suma, este capítulo contextualizou a trajetória do acolhimento institucional infantil, ressaltando as evoluções do assistencialismo e como este caminha atualmente para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Além disso, por meio das visitas nas instituições, foi possível compreender como funciona o acolhimento institucional em São Luís e a estrutura física que elas oferecem.

3 DESENVOLVIMENTO HUMANO

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano pode ser entendido como as oportunidades e capacidades das pessoas em serem como desejam ser, considerando não somente o viés econômico, mas englobando características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida.

Existem três tipos de desenvolvimento humano segundo Palalia e Feldman (2013): o físico, o cognitivo e o psicossocial. O desenvolvimento físico está relacionado ao crescimento do corpo e do cérebro, às capacidades sensoriais, às habilidades motoras e à saúde. O desenvolvimento cognitivo compõe-se da aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade. Por fim, o desenvolvimento psicossocial está ligado às emoções, personalidade e relações sociais. Esses três aspectos estão inter-relacionados e um afeta direta ou indiretamente o outro.

Nesse contexto, existem várias perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento humano, que colaboram para a compreensão da percepção ambiental e respostas comportamentais. Será apresentado, neste capítulo, algumas teorias⁶ de estudiosos da área a nível de contextualização do tema, abordando sobre o desenvolvimento infantil e suas influências e o papel da família no crescimento das crianças.

3.1 Teorias do desenvolvimento

O desenvolvimento humano é influenciado por diversos fatores que abrangem as esferas física, mental e psicossocial. As autoras Palalia e Feldman (2013) abordam que os fatores de maturação, crescimento e amadurecimento externo e interno ao longo da vida incluem a hereditariedade e o ambiente, os quais atuam em conjunto para formação das características individuais de uma pessoa.

⁶ São abordadas algumas teorias do desenvolvimento resumidamente, visto que não é o objetivo desta pesquisa aprofundar nessa temática.

A hereditariedade se refere aos traços genéticos transmitidos pelos pais biológicos que influenciam diretamente, enquanto que o ambiente físico e social exerce influência indireta e significativa no moldar intrapessoal e interpessoal. Dessa forma, ainda que a herança genética seja um dos fatores determinantes para o desenvolvimento intelectual, por exemplo, há estímulos externos como a educação e outras variáveis que também são fundamentais nesse processo de aprendizagem (Palalia; Feldman, 2013).

Sob o ponto de vista de Freud, precursor da Psicanálise⁷, o desenvolvimento é moldado por emoções e forças inconscientes. O teórico divide a personalidade em três componentes hipotéticos: *id*, *ego* e *superego*. O *id* está ligado ao princípio do prazer, o impulso de satisfação das necessidades e desejos, que se inicia nos primeiros meses de vida; o *ego* representa a razão e se desenvolve durante o primeiro ano de vida; o *superego* inclui a consciência e sistema de valores de uma criança – deveres e proibições – desenvolvidos por volta dos cinco anos de idade. Em resumo, os recém-nascidos são comandados pelo *id*, enquanto o *ego* tenta buscar maneiras realistas de gratificar o *id* e atender às exigências do *superego*, “[...] se seus padrões não forem satisfeitos, a criança pode sentir-se culpada e ansiosa” (Palalia; Feldman, 2013, p. 59).

Conforme citado por Palalia e Feldman (2013),

Freud considerava as três primeiras fases – aquelas relativas aos primeiros cinco anos de vida – cruciais para o desenvolvimento da personalidade. Segundo ele, se as crianças receberem pouca ou muita gratificação em qualquer uma dessas fases correrão o risco de desenvolverem fixação – uma interrupção no desenvolvimento que pode aparecer na personalidade adulta. Bebês cujas necessidades não são satisfeitas durante a fase oral, quando a alimentação é a principal fonte de prazer, poderão, na idade adulta, ter o hábito de roer as unhas, fumar ou desenvolver personalidades agressivamente críticas (Palalia; Feldman, 2013, p. 59).

Portanto, determinados eventos ocorridos durante a infância podem influenciar na percepção adulta a respeito do ambiente e das diferentes situações. A psicanálise busca a interpretação além do que está visível, analisando o inconsciente

⁷ Sigmund Freud (1856-1939), médico neurologista, é considerado o pai da Psicanálise – campo que investiga a psique humana. Vale ressaltar que algumas de suas ideias hoje são consideradas obsoletas e sem embasamento científico, como os conceitos de *id* e *superego*. Entretanto, Freud abriu os olhos para a importância dos pensamentos, sentimentos e estímulos inconscientes e muitos de seus temas perduram até hoje (Palalia; Feldman, 2013).

e evocando lembranças vividas no começo da vida, muitas vezes esquecidas, que resultaram em algum comportamento na fase adulta.

Por outro lado, a Teoria da Aprendizagem sustenta que o desenvolvimento infantil resulta da experiência e adaptação ao ambiente. Essa teoria originou duas linhas de pensamento: o Behaviorismo e a Aprendizagem Social. O behaviorista Watson⁸ (1878-1958) baseou-se nos experimentos de estímulo-resposta e afirmou que poderia moldar qualquer bebê do jeito que quisesse. Os estímulos referem-se as experiências ambientais e as respostas, as reações comportamentais das crianças (Palalia; Feldman, 2013).

Os princípios da Aprendizagem Social foram, boa parte, desenvolvidos por Albert Bandura⁹ (1925-). Apesar do Behaviorismo originar-se da mesma linha de pensamento, ele se difere no momento em que vê a ação do ambiente sobre o indivíduo como o principal impulso para o desenvolvimento, enquanto Bandura sugere que a influência é bidirecional. Ou seja, “[...] a pessoa age sobre o mundo na medida que o mundo age sobre a pessoa” (Palalia; Feldman, 2013, p 64). Além disso, defende o processo da aprendizagem observacional – as crianças observam outras pessoas, como os pais ou professores, e tendem a imitar modelos.

Um pouco depois, o teórico Bandura adicionou a perspectiva da cognição na Teoria Social Cognitiva, de maneira que as crianças não somente observam e repetem, mas também absorvem “fragmentos” de comportamentos observados e mentalmente transformam em novos padrões de comportamento (Palalia; Feldman, 2013). Diante disso, entende-se que o indivíduo recebe estímulos e informações ao longo da vida que são processados e podem originar diferentes respostas.

A Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky¹⁰ (1896-1934) concentrou-se nos estudos sobre o desenvolvimento cognitivo da criança, associado ao envolvimento ativo com o ambiente. Para o autor, o crescimento cognitivo funciona como um processo colaborativo, ou seja, a aprendizagem se dá por meio da interação social.

⁸ John B. Watson (1878-1958), psicólogo norte-americano, foi um dos teóricos que contribuiu para a base da Teoria Behaviorista, que defendia que o comportamento humano pode ser moldado e ajustado.

⁹ Albert Bandura (1925-), psicólogo canadense, contribuiu para a Teoria da Aprendizagem Social que mais tarde atualizou-se para “Teoria Social Cognitiva”. Essa mudança de terminologia representou maior ênfase nos processos cognitivos do desenvolvimento (Palalia; Feldman, 2013).

¹⁰ Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) foi um psicólogo russo que desenvolveu a Teoria Sociocultural, a qual explorava os contextos sociais e culturais que orientam o desenvolvimento cognitivo infantil (Palalia; Feldman, 2013).

Ademais, destacou a importância de os adultos orientarem as crianças na fase de aprendizagem até elas atravessarem a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) – o espaço entre o que elas conseguem fazer sozinhas e o que precisam de auxílio para realizar (Palalia; Feldman, 2013).

Em suma, o comportamento humano é resultado de uma interação complexa de fatores genéticos e ambientais. As teorias do desenvolvimento auxiliam na compreensão de como as forças inconscientes, relação estímulo-resposta e interações sociais moldam a personalidade. Assim, o processo de aprendizagem das crianças exige a mediação de figuras importantes, como a família, que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento infantil.

3.2 Papel da família no desenvolvimento infantil

Os agentes promotores que influenciam no desenvolvimento humano, segundo Savi (2008), são sempre os indivíduos e as instituições. Ainda que cada agente desenvolva um papel importante, a instituição familiar é o principal responsável pela socialização e desenvolvimento na fase da infância. Entretanto, quando não há família para dar suporte à criança, em casos excepcionais, o acolhimento institucional é quem vai oferecer a estrutura familiar por meio da equipe técnica e dos ambientes de convivência.

Para compreender a influência do ambiente familiar no desenvolvimento da criança é preciso entender as forças externas que afetam a atmosfera do lar. Estas podem incluir o trabalho e o nível socioeconômico dos pais, alteração no tamanho da família, divórcio e novo casamento (Palalia; Feldman, 2013). Tudo isso e outros fatores formam o contexto familiar e funcionam como forças influentes no processo de desenvolvimento infantil.

As respostas comportamentais das crianças também possuem interferências no modo como os pais disciplinam seus filhos, utilizando técnicas como indução, punição ou recompensa. Vale ressaltar que as diferenças culturais também interferem nas técnicas aplicadas pelos pais e no comportamento dos filhos (Palalia; Feldman, 2013).

Além disso, a presença ativa dos pais na vida dos pequenos é de suma importância. Segundo Palalia e Feldman (2013), a qualidade do acompanhamento dos filhos com suas atividades diárias pode ser mais importante do que o tempo em que a mãe passa fora de casa trabalhando. No entanto, há outros fatores que dependem no modo como o trabalho dos pais influencia nos filhos, como a idade, temperamento e personalidade da criança; se a mãe trabalha meio período ou tempo integral; se há um parceiro para dar apoio; nível socioeconômico; a qualidade do tempo dedicado aos pequenos (Palalia; Feldman, 2013).

Ademais, a instabilidade na estrutura familiar também pode interferir no desenvolvimento infantil. De acordo com um estudo comentado por Palalia e Feldman (2013), realizado com 226 famílias de diferentes etnias,

[...] as crianças expostas a discórdia parental e parentalidade insatisfatória tendiam a apresentar altos níveis tanto de comportamentos internalizantes, como ansiedade, medo e depressão, como de comportamentos externalizantes, como agressividade, brigas, desobediência e hostilidade” (Palalia; Feldman, 2013, p.359).

Ao longo dos anos e em diferentes culturas, a instituição familiar desenvolveu variadas estruturas e composições, podendo ter muitos ou poucos membros como, também, ser formada por laços consanguíneos ou por adoção. No entanto, a característica principal da família é a unidade, baseada em uma relação de cuidado e afeto (Savi, 2008). Portanto, quando a criança não está inserida em uma estrutura familiar, ou o contexto em que vive é formado por violência, brigas ou carência física e emocional, quem acaba assumindo essa estrutura é a instituição de acolhimento no qual a criança é encaminhada.

3.3 Síntese do capítulo

Conclui-se que existem diversas teorias que explicam o desenvolvimento humano. Freud, precursor da Psicanálise, argumenta que o desenvolvimento é moldado por emoções e forças inconscientes. A Teoria da Aprendizagem sugere que o desenvolvimento resulta da experiência e adaptação ao ambiente, com Watson defendendo o Behaviorismo e Bandura introduzindo a Aprendizagem Social e a Teoria Social Cognitiva. Já Vygotsky destaca o papel da interação social no desenvolvimento

cognitivo, enfatizando a importância da orientação de adultos no processo de aprendizagem.

Além disso, durante o processo de desenvolvimento, a família exerce um papel fundamental no desenvolvimento infantil, sendo a principal responsável pela socialização. Fatores externos como trabalho, nível socioeconômico, alterações familiares e divórcio influenciam o ambiente familiar e, conseqüentemente, o desenvolvimento das crianças. As respostas comportamentais destas são moldadas pelo contexto em que estão inseridas, logo a presença dos pais e a qualidade do tempo dedicado aos filhos são muito importantes. Em contextos de instabilidade familiar, as crianças podem apresentar comportamentos problemáticos, muitas vezes resultando no encaminhamento para instituições de acolhimento, que assumem temporariamente o papel de estrutura familiar.

4 ARQUITETURA E PSICOLOGIA EM FUNÇÃO DO BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL

Sob uma perspectiva interdisciplinar, este capítulo discorre sobre a psicologia e a arquitetura, trazendo um entendimento a respeito da relação do homem com o ambiente, seja ele físico ou social, por meio dos conceitos da Psicologia Ambiental. Além disso, é importante compreender como o ambiente construído influencia nas percepções e respostas psicológicas, emocionais e comportamentais dos usuários. Como embasamento teórico para a seção seguinte, são utilizadas pesquisas de arquitetos, psicólogos e outros profissionais que estudam a temática em questão.

4.1 Psicologia ambiental

Na década de 1950, a Psicologia Ambiental era conhecida como Psicologia Arquitetural, pois tratava da influência do ambiente construído sobre o comportamento humano. No final dos anos 80, o interesse pela ação das pessoas sobre o ambiente cresceu, principalmente o natural, em decorrência da preocupação dos cientistas e estudiosos sobre o esgotamento dos recursos naturais. No entanto, “[...] pessoa e ambiente não são abordados de forma separada posto que são constitutivos um do outro.” (Cavalcante; Elali, 2018, p.32).

Entende-se por psicologia ambiental uma área de estudo que aborda a relação recíproca entre o comportamento humano e o espaço, buscando compreender como os estímulos ambientais influenciam as percepções e respostas comportamentais do indivíduo. De acordo com Cavalcante e Elali (2018), a psicologia ambiental estuda a inter-relação entre os elementos pessoa e ambiente, estando estes relacionados de forma intrínseca e reciprocamente, de modo contínuo. Além disso, trata-se de um estudo interdisciplinar, pois não somente aborda conceitos da psicologia, mas também se relaciona com outras disciplinas como a arquitetura, ergonomia, biologia, geografia, entre outras diversas (Cavalcante; Elali, 2018).

Ambiente é um conceito multidimensional e corresponde ao meio físico – seja ele natural ou construído – como, também, refere-se ao contexto social, cultural, histórico e econômico em que se vive (Cavalcante; Elali, 2018).

Tudo o que estiver presente em determinado ambiente – inclusive as pessoas – é parte que os constitui. Alterações sofridas em qualquer de seus componentes acarretam modificações nos demais, conferindo ao ambiente uma nova feição. Portanto, sua configuração é dinâmica e unitária, incorporando mudanças que são assimiladas pelo ambiente como um todo (Cavalcante; Elali, 2018, p.28).

Desse modo, o campo semântico da palavra pode ser compreendido e aplicado em diversas áreas e diferentes concepções.

Em suma, Psicologia Ambiental é uma área de estudo multidimensional e multidisciplinar que abrange todas as esferas da relação homem-ambiente. Ao integrar conhecimentos de psicologia, arquitetura, urbanismo e outras áreas de conhecimento, esta disciplina contribui para a criação de ambientes que promovam o bem-estar e a saúde mental. Portanto, é muito importante compreender a percepção do indivíduo sobre o espaço físico, como será visto a seguir.

4.2 A percepção do ambiente físico e sua relação com o bem-estar dos usuários

O ambiente físico é indissociável do ambiente social, ou seja, eles coexistem e se influenciam mutuamente (Savi, 2008). Isso significa que o espaço construído onde moramos, trabalhamos e passamos não pode ser compreendido de forma isolada do contexto social, o qual constitui-se de interações humanas e relações socioculturais e históricas. Logo, o homem molda e é moldado pelo meio ambiente como um todo, além de ser objeto integrante deste meio.

As respostas comportamentais são resultantes da interação homem-ambiente em função da percepção ambiental. As características de um espaço construído, como iluminação, materiais, texturas e diversos outros estímulos ambientais emitem informações ao cérebro humano e são percebidos através dos sentidos. Logo, as informações captadas produzem diferentes sensações e reações comportamentais (Harrouk, 2021; Savi, 2008).

A percepção do ambiente físico pode ser entendida como cognição ambiental, que diz respeito à capacidade de armazenar e extrair informações do ambiente. “A cognição reúne, pois, processos que envolvem mecanismos perceptivo-sensitivos internos do próprio indivíduo, bem como estímulos advindos do meio físico e das relações com outras pessoas e outros seres vivos” (Cavalcante; Elali, 2018, p.106-107). Esses estímulos, segundo as autoras, são caracterizados em fatores biofísicos e psicossociais.

Aspectos relativos às características do ambiente, como formas, tamanhos, temperatura, cores, luz, entre outros, são exemplos de fatores biofísicos. Por outro lado, os fatores psicossociais dizem respeito aos aspectos sociais, culturais, étnicos, socioeconômico e às experiências vivenciadas em um determinado momento (Cavalcante; Elali, 2018).

Portanto, a percepção ambiental ocorre através desses diversos estímulos sensoriais que são percebidos e interpretados de forma individual por cada pessoa. Segundo Savi (2008), combina-se fragmentos de experiências passadas, percepções presentes e expectativas futuras com os aspectos biofísicos e psicossociais. Logo, um mesmo ambiente pode ter múltiplas percepções por diferentes usuários.

4.3 Fundamentos da arquitetura

A arquitetura é uma área de conhecimento capaz de reduzir o estresse emocional e experiências negativas por meio da concepção de espaços que promovam bem-estar, conforto e identidade, facilitando as experiências diárias e melhorando a qualidade de vida.

A concepção de espaços é guiada por três princípios fundamentais da arquitetura: forma, função e estética. No entanto, em um projeto arquitetônico, além da tríade, é indispensável considerar o contexto ambiental, incluindo a integração do edifício com o entorno, bem como fatores culturais, históricos e ambientais. Dessa forma, a arquitetura pode se unir à psicologia para atender tanto as necessidades físicas, como psicossociais do ser humano.

Ao projetar um abrigo institucional para crianças, deve-se considerar o estresse emocional, medos e angústias decorrentes do contexto de vulnerabilidade o qual vivenciaram. Nesse contexto, a arquitetura pode ser utilizada como uma ferramenta de reconstrução e reintegração, influenciando positivamente no desenvolvimento dos acolhidos.

Embora o abrigo institucional assuma temporariamente o papel da família, ele jamais substituirá o vínculo familiar. No entanto, o abrigo pode e deve oferecer um ambiente familiar e sentimento de lar através de alguns aspectos ambientais. Para isso, Savi (2008) esclarece alguns critérios projetuais capazes de promover bem-estar e conforto ambiental, tais como: dimensão, mobiliário e *layout* compatíveis com a função desempenhada, além de garantir acessibilidade dos acolhidos em todos os ambientes.

Os cômodos devem possuir dimensões suficientes para suas respectivas funções, de modo a assemelhar-se a uma casa, e permitir acessibilidade plena a todos os usuários. O *layout* deve ser versátil e confortável, permitindo que os espaços, como o refeitório, sejam utilizados para múltiplas atividades, como refeições e tarefas escolares (Savi, 2008).

A sensação de aconchego e pertencimento é possibilitada através de elementos pessoais com significado, como fotografias, e recomenda-se evitar a padronização, criando ambientes com cores, acabamentos e decoração diferentes (Savi, 2008). Portanto, é essencial que as crianças tenham espaços personalizáveis para colocar quadros, fotografias e desenhos conforme suas particularidades. Dessa forma, a decoração entra como um instrumento que transforma os espaços e permite a sensação de um lar.

Além disso, é fundamental que as crianças se sintam acolhidas em uma casa, criando cozinhas, lavanderias e quartos que remetam aos padrões de uma residência unifamiliar. Ressalta-se a importância da participação das crianças nas rotinas domésticas para que elas se familiarizem com o ambiente e desenvolvam habilidades (Savi, 2008).

4.3 Síntese do capítulo

O capítulo é fundamentado nos conceitos da Psicologia Ambiental por Cavalcanti e Elali (2018), que aborda a relação recíproca do ser humano com o ambiente físico e social. Esta área de estudo abrange diferentes disciplinas que contribuem para o entendimento do comportamento humano e, além disso, para a promoção de ambientes acolhedores e confortáveis.

Ademais, a arquiteta Savi traz contribuições em sua dissertação de mestrado, ressaltando aspectos dos estímulos e respostas ambientais que resultam da interação homem-ambiente mediada pela percepção ambiental. Características do espaço construído, como iluminação, materiais e texturas, fornecem informações ao cérebro, que são percebidas pelos sentidos e produzem diferentes sensações e reações comportamentais.

Esses estímulos podem ser classificados em fatores biofísicos, como formas, tamanhos, temperatura e cores, e fatores psicossociais, que incluem aspectos sociais, culturais, étnicos e socioeconômicos. A percepção ambiental é uma combinação de experiências passadas, percepções presentes e expectativas futuras, resultando em múltiplas percepções de um mesmo ambiente por diferentes usuários.

Em suma, a compreensão da psicologia ambiental na definição de estratégias projetuais é indispensável, principalmente ao tratar da criação de espaços que permitem o desenvolvimento integral de crianças em situação de acolhimento institucional. Ao considerar os princípios da arquitetura em conjunto com a compreensão das necessidades emocionais e psicológicas dos usuários, é possível criar ambientes que atendam não somente às necessidades básicas, mas promovam cura, crescimento e bem-estar dos indivíduos.

5 LEGISLAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRA (NBRS)

A Constituição Federal de 1988 corroborou com ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, influenciadas pela Revolução Francesa¹¹. Com isso, algumas condições foram elaboradas em relação ao tratamento do menor de idade, originando o art. 227 que dispõe que a família é o principal responsável pela estruturação do caráter e orientação das crianças. Nesses termos, o art. 227 da Carta Magna:

É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o e direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Neste capítulo, serão apresentadas legislações Federais e Municipais, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente, a cartilha de Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e a Legislação Urbanística de São Luís. Também serão citadas as Normas Técnicas Brasileiras para acessibilidade (NBR 9050/2020) e para sinalização tátil (NBR 16537/2024), a fim de desenvolver um projeto na modalidade de Abrigo Institucional, dentro das normativas estabelecidas.

5.1 Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme citado anteriormente, é uma Lei que aborda o direito à vida e à saúde, garantindo atendimento integral por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas. Além disso, assegura o direito à alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

¹¹ A Revolução Francesa, ocorrida entre 1789 a 1799, foi um período de grande agitação política e social que inspirou outras nações a lutarem por liberdade e direitos humanos (Oliveira, 2023).

Conforme aplicado no art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990).

Portanto, é dever da família, do poder público e da sociedade em geral assegurar a efetivação e priorização dos direitos previstos em Lei e atender as necessidades da criança e do adolescente, garantindo o desenvolvimento do indivíduo em todas as áreas da vida.

Outro aspecto relevante é a proteção da criança e do adolescente em casos de negligência, violência ou abuso, prevendo a atuação do Conselho Tutelar da respectiva localidade e aplicação de medidas protetivas em situações de vulnerabilidade. Se necessário, existem alternativas de proteção por meio da adoção, quando a família biológica não pode permanecer com a criança, além de serviços de acolhimento social, como casas-lares, abrigos institucionais, família acolhedora e entre outras modalidades (Brasil, 2019).

De acordo com o art. 19 do ECA: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (Brasil, 2016).” Além disso, no art. 98 diz que

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta (Brasil, 1990).

O art. 101 do Estatuto estabelece medidas protetivas que a autoridade competente pode determinar quando há riscos para crianças e adolescentes, conforme previstos no art. 98 desta Lei. Essas medidas incluem o encaminhamento aos pais ou responsáveis, orientação e apoio temporários, matrícula obrigatória em escolas, inclusão em programas de proteção e promoção familiar, tratamento médico ou psicológico, acolhimento institucional, acolhimento familiar e colocação em família substituta. O encaminhamento a serviços de acolhimento institucional ou familiar são medidas provisórias e excepcionais, visando a reintegração familiar ou, quando

esgotada essa possibilidade, a criança é encaminhada para uma família substituta (Brasil, 2009).

5.2 Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Em 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em colaboração com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicaram o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” com o propósito de auxiliar e estabelecer diretrizes que devem ser atendidas pelas instituições que prestam serviço de acolhimento infanto-juvenil.

Alinhado a disposições do ECA, vale ressaltar que o encaminhamento de crianças e adolescentes para serviços de acolhimento deve ser prosseguido somente se esgotadas todas as possibilidades de permanência na família de origem. O afastamento do convívio familiar é uma medida excepcional e deve ser aplicada apenas em situações de comprometimento da integridade física e/ou psíquica. (CNAS; CONANDA, 2009).

Das modalidades institucionais previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em conjunto ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, à Política Nacional de Assistência Social e ao Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças, tem-se: Abrigo institucional, Casa-lar, Família Acolhedora e República.

Abaixo, foi desenvolvido um quadro explicativo (Quadro 1) sobre cada modalidade:

Quadro 1 - Modalidades de serviço de acolhimento de crianças e adolescentes.

MODALIDADES	DESCRIÇÃO	APOIO
ABRIGO INSTITUCIONAL	Máximo 20 crianças, ambos os gêneros, de 0 a 18 anos.	1 coordenador, 2 profissionais para Equipe Técnica, 1 profissional Educador/ Cuidador para até 10 crianças, por turno e 1 auxiliar para cada educador.

CASA-LAR	Máximo 10 crianças, ambos os gêneros, de 0 a 18 anos. Pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como Educador/ Cuidador residente.	1 coordenador, 2 profissionais para Equipe Técnica a até 20 crianças acolhidas em até 3 casas-lares (se englobar apenas uma casa-lar, reduzir para 1 profissional), 1 Educador/ Cuidador residente para até 10 usuários e 1 Auxiliar para cada educador.
FAMÍLIA ACOLHEDORA	Acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas e supervisionadas. Cada família só poderá acolher uma criança/adolescente, exceto se tiver irmãos.	1 coordenador, 2 profissionais para Equipe Técnica acompanhando até 15 famílias de origem e 15 famílias acolhedoras,
REPÚBLICA	Máximo 6 jovens, de 18 a 21 anos, divididos em unidades femininas e masculinas.	1 coordenador para até quatro unidades, 2 profissionais para Equipe Técnica até 24 jovens (em até quatro diferentes unidades)

Fonte: CNAS; CONANDA, 2009 (elaborado pela autora, 2024).

O objeto da presente pesquisa é categorizado como modalidade de Abrigo Institucional, pois trata-se de um serviço de acolhimento de caráter provisório para crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar, em consequência do abandono, ou cujas famílias estão temporariamente impossibilitadas de exercer sua função de cuidado e proteção (CNAS; CONANDA, 2009).

Portanto, para essa modalidade, é importante frisar que a quantidade de profissionais educadores e auxiliares deverá ser aumentada quando houver crianças que demandem atenção específica, tais como: deficiência, necessidades específicas

de saúde ou idade inferior a um ano (CNAS; CONANDA, 2009). Nesse caso, adota-se a seguinte relação:

- a) 1 (um) cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;
- b) 1 (um) cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

Ressalta-se a necessidade de o Abrigo Institucional estar localizado em áreas residenciais, seguindo os aspectos arquitetônicos das demais residências do local em que estiver inserido. Além disso, não devem ser colocadas placas que sinalizem e indiquem que a casa é de natureza institucional (CNAS; CONANDA, 2009).

De acordo com o caderno de Orientações Técnicas, crianças e adolescentes inseridas em serviço de acolhimento devem ter os vínculos familiares preservados e fortalecidos através de visitas e encontros cotidianos. As relações parentais são fundamentais no desenvolvimento da saúde física e mental, além de favorecer a formação da identidade do indivíduo. Vale destacar, ainda, que jovens com vínculos de parentesco não devem ser separados ao serem encaminhados ao serviço de acolhimento, exceto se houverem riscos. (CNAS; CONANDA, 2009)

Se o afastamento familiar for a alternativa mais adequada em determinada circunstância, ações devem ser feitas para viabilizar o retorno a sua família de origem em um período inferior a dois anos ou, na impossibilidade de reintegração, o encaminhamento para processo de adoção. Situação que exceda o tempo limite – dezoito meses – será caso extremamente excepcional e acompanhado de avaliação criteriosa através dos órgãos responsáveis (CNAS; CONANDA, 2009).

Parâmetros de funcionamento são definidos pelo respectivo documento para garantir a qualidade dos serviços prestados pelos abrigos institucionais, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 - Infraestrutura e espaços mínimos sugeridos.

CÔMODO	CARACTERÍSTICAS
Quartos	<ul style="list-style-type: none"> • Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas/ berços/ beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.);

	<ul style="list-style-type: none"> • Número recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto; excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade; • Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.
Sala de Estar ou Similar	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores; • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex.: Abrigo para 15 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 17,0 m². Abrigo para 20 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m².
Sala de Jantar/copa	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores; • Pode ser um cômodo independente ou que está anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha); • Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.
Ambiente para Estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura.
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescente; • 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários; • Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Área de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendi do pelo equipamento.
Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos; • Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários;

	<ul style="list-style-type: none"> Os abrigos que já tiverem em sua infraestrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc., deverão, gradativamente, possibilitar o uso de tais ambientes também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário, observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo.
Sala para Equipe Técnica	<ul style="list-style-type: none"> Com espaço e mobiliário suficientes para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc.); Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala de Coordenação/ Atividades Administrativas	<ul style="list-style-type: none"> Com espaço e mobiliário suficientes para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística, etc.); Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo; Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa/técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala de Reuniões	<ul style="list-style-type: none"> Com espaço e mobiliário suficientes para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.

Fonte: CNAS; CONANDA, 2009 (adaptado pela autora).

5.3 Legislação Urbanística Municipal

A legislação urbanística de São Luís (1997) é um documento que reúne instrumentos regulatórios, tais como: a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; o Código de Obras de São Luís e outros demais que precisam ser consultados antes de realizar qualquer projeto de obra.

A Lei nº 3253, de 29 de dezembro de 1992, dispõe sobre zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências (publicado no Diário Oficial do Maranhão). Nela, é estabelecida a divisão do município em zonas, tais como: zonas residenciais, turísticas, administrativa, central, preservação histórica, proteção ambiental, segurança ao aeroporto, reserva florestal, interesse social, industrial, rural e corredores primários e secundários. O projeto de reforma desta pesquisa está inserido em uma Zona Residencial, mais precisamente, na ZR2, como

citado do trabalho. Portanto, cabe a discussão somente das normas estabelecidas para a zona em questão.

Na seção II da Lei, dispõe:

Art. 12 – Os usos permitidos e proibidos na Zona Residencial 2 estão definidos na tabela anexa à presente Lei.

Art. 13 – Os lotes resultantes dos novos parcelamentos são fixados e disciplinados pelas seguintes normas:

I – Área mínima do lote igual a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados);

II – Área mínima do lote igual a 12 m (doze metros).

Art. 14 – Os novos parcelamentos nesta Zona deverão obedecer à tabela anexa à presente Lei.

Parágrafo Único – Os índices constantes na tabela referente ao artigo anterior não excluem a obrigatoriedade dos artigos citados nas disposições sobre o parcelamento do solo.

Art. 15 – As ocupações dos lotes pela edificação ficam disciplinadas pelas seguintes normas:

I – Área Total Máxima Edificada (ATME) igual a 210% (duzentos e dez por cento) da área do terreno;

II – Área Livre Mínima do Lote (ALML) igual a 40% (quarenta por cento) da área do terreno, exceto para ZR2 – Ponta d'Areia, que é 50% (cinquenta por cento);

III – Afastamento igual a 4,00 m (quatro metros) para edificações de até 04 (quatro) pavimentos e igual a 6,00 m (seis metros) para as demais;

IV – Gabarito máximo permitido igual a 08 (oito) pavimentos (São Luís, 1992).

Sobre os afastamentos da edificação dentro do terreno (Figura 13):

Figura 13 - Tabela de afastamentos.

AFASTAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS					
	1	2-3	4-5 *	6-8 **	9-12 **	13-15 **
LATERAL PRINCIPAL (M)	1,50	2,50	3,50	5,00	7,00	10,00
LATERAL SECUNDÁRIA (m)	1,50	2,00	3,00	4,00	6,00	9,00
FUNDOS (m)	1,50	2,00	3,00	5,00	7,00	1,000

* Com até mais um pavimento de garagem.

** Com até mais de dois pavimentos de garagem

Fonte: São Luís, 1992.

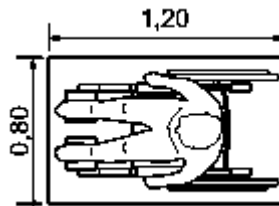
5.4 Normas Técnicas Brasileiras – NBRs

A NBR 9050/2020 estabelece critérios e parâmetros para projeto, construção, instalação e adaptação de edificações em relação às condições de

acessibilidade, visando proporcionar autonomia, independência e segurança na utilização dos espaços para todas as pessoas, independentemente de idade, estatura, ou limitação de mobilidade ou percepção (NBR 9050, 2020).

Quanto às dimensões recomendadas referentes ao uso de cadeira de rodas, a norma considera o módulo de referência a projeção de 0,80 m de largura por 1,20 m de comprimento como o espaço ocupado por uma pessoa utilizando uma cadeira de rodas, conforme mostra na Figura 14 retirada do mesmo documento.

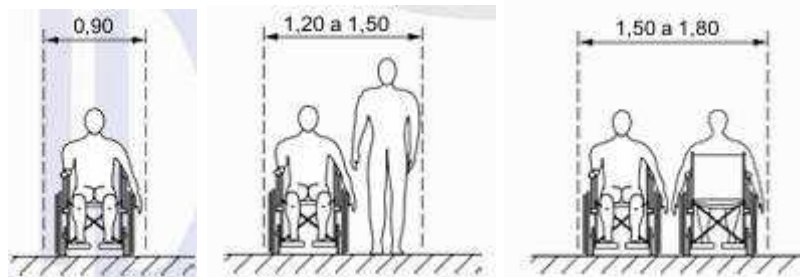
Figura 14 - Dimensão do módulo de referência.



Fonte: NBR 9050, 2020

Para área de circulação e manobra, recomenda-se o mínimo de 0,90 m de largura para deslocamento em linha reta de somente uma pessoa em cadeira de rodas, e de 1,20 m a 1,50 m para deslocamento de uma pessoa em cadeira de rodas e um pedestre ao lado. Para dois cadeirantes, considera-se um mínimo de 1,50 m a 1,80 m, conforme representado na Figura 15.

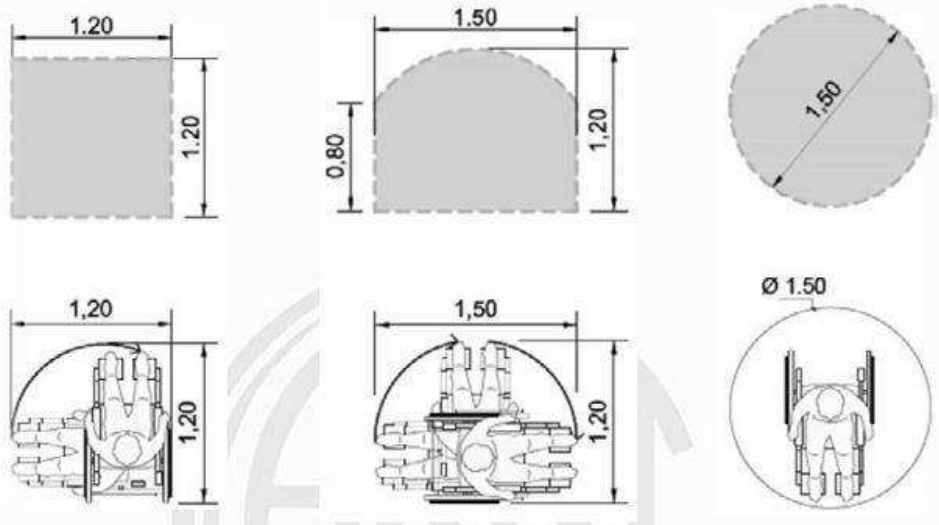
Figura 15 - Largura para deslocamento em linha reta.



Fonte: NBR 9050, 2020.

As medidas para a manobra mínima de rotação da cadeira de rodas sem deslocamento pode ser de: 1,20 m por 1,20 m para 90º de rotação; 1,50 m por 1,20 m para 180º de rotação; circunferência de 1,50 de diâmetro para 360º de rotação (Figura 16).

Figura 16 - área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.



Fonte: NBR 9050, 2020.

Outro ponto importante é prever uma área de transferência na dimensão do módulo de referência – 0,80 m por 1,20 m. Em locais como a área de banho dos banheiros deve ter um banco para transferir que tenha altura semelhante ao assento da cadeira de rodas – de 0,49 m a 0,53 m de altura. Além disso, devem ser instaladas barras de apoio (NBR 9050, 2020).

A inclinação máxima de rampas acessíveis é de 8,33% e em reformas, se esgotadas todas as possibilidades de soluções, pode chegar até 12,5%, excepcionalmente. A largura mínima recomendada para rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo a mínima admissível de 1,20 m. É necessário ter duas alturas para corrimão: 0,70 m e 0,92 m acima do piso. Além disso, a projeção do corrimão pode estar dentro do valor mínimo admissível da rampa em até 10 cm de cada lado (NBR 9050, 2020).

A NBR 16537/2024 é um complemento da norma de acessibilidade, onde estabelece diretrizes para a instalação de sinalização tátil no piso, a fim de atender as premissas do Desenho Universal, promovendo segurança, orientação, e mobilidade, a todas as pessoas, em especial, àquelas com deficiência visual ou baixa visão (NBR 16537, 2024).

Existem dois tipos de pisos táteis, o direcionável e o de alerta. O piso tátil direcionável tem a função de orientar o sentido do deslocamento seguro. Enquanto os pisos táteis de alerta são instalados para informar mudanças de direção; perigos ou obstáculos à frente; informar o posicionamento adequado para uso de equipamentos como elevadores, equipamentos de autoatendimento ou serviços; indicar travessia de

pedestres; indicar início e término de rampas e escadas, como, também, a existência de patamares. (NBR 16537, 2024).

Como requisitos gerais, os pisos devem ser antiderrapantes, ter relevo contrastante em relação ao piso e contraste de luminância para ser percebido por pessoas com baixa visão. Portanto, deve-se atender às diretrizes pré-estabelecidas nas edificações e aplicá-las de forma correta.

5.5 Síntese do capítulo

Em resumo, o presente capítulo apresenta legislações federais e municipais relevantes para a pesquisa, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, cartilha de orientações técnicas para serviço de acolhimento, desenvolvido pela CONANDA e CNAS, normas urbanísticas de São Luís e normas técnicas brasileiras de acessibilidade.

O ECA assegura os direitos fundamentais para crianças e adolescentes, tais como vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. A lei prevê medidas de proteção em casos de negligência, violência ou abuso e destaca a importância da convivência familiar, aplicando alternativas como adoção ou serviços de acolhimento em situações de vulnerabilidade.

As orientações técnicas enfatizam que o acolhimento institucional deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas quando a permanência na família de origem é inviável. Diferentes modalidades de acolhimento são descritas, como abrigo institucional, Casa-Lar, família acolhedora e república, cada uma com requisitos específicos de infraestrutura e equipe. O foco está na preservação dos vínculos familiares e na reintegração familiar em um período máximo de dezoito meses.

A legislação urbanística de São Luís apresenta normas específicas para o uso, parcelamento e ocupação do solo, sendo essencial para o desenvolvimento do projeto de reforma.

Por fim, a NBR 9050/2020 e a NBR 16537/2024 estabelecem critérios de acessibilidade e sinalização tátil para garantir autonomia, independência e segurança nos espaços. Detalham-se dimensões e requisitos para a circulação e manobra de cadeiras de rodas, inclinação de rampas, instalação de corrimãos e pisos táteis, assegurando o cumprimento das normas de acessibilidade e mobilidade para todos.

Este capítulo fundamenta a elaboração de um projeto de abrigo institucional, alinhado às normas e legislações estabelecidas, garantindo um ambiente adequado e seguro para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

6 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

O presente capítulo apresentará projetos que servirão de referência para o desenvolvimento projetual. Para a presente pesquisa, houve dificuldade em encontrar referências projetuais a nível nacional e municipal publicadas em meio eletrônico. Encontrou-se apenas um exemplar no Brasil, enquanto que em São Luís não foi encontrado material suficiente para compreensão da estrutura física e *layout* de nenhuma instituição.

A análise de projetos arquitetônicos é de suma importância para o desenvolvimento da concepção projetual, pois observar espaços existentes serve de referência, aprimoramento e direcionamento para o projeto que será desenvolvido. Nesse contexto, foram selecionados três modelos de abrigo institucional para crianças como referencial projetual:

- a) Casa-abrigo de Sibbe / Atelier M Architects + Planners bv
- b) Casa Rana / Made in Earth
- c) Moradas Infantis Canuanã – Fundação Bradesco / Aleph Zero e Rosenbaum.

6.1 Casa-abrigo de Sibbe / Atelier M Architects + Planners bv

A casa-abrigo de Sibbe (Figura 17) possui uma área de 1050 m², localizada em Michelen, na Bélgica, e foi projetada pelos escritórios *Atelier M Architects e Planners bv* em 2022. Conforme descrição dos arquitetos responsáveis, o projeto foi pensado para abrigar 15 crianças provenientes de lares afetados por abuso físico ou mental, ou cujos pais são dependentes químicos ou alcoólicos (Archdaily, 2024).

Figura 17 - Casa-abrigo Sibbe.

Fonte: Archdaily (2024)

Trata-se de um projeto de reforma, pois, inicialmente, o terreno possuía uma estrutura de um edifício garagem e um antigo consultório médico. Diante das inadequações funcionais, os arquitetos propuseram uma nova edificação, mantendo a casa existente e adicionando dois volumes, de modo que formasse uma espécie de pátio entre os espaços (Figura 18). O novo *layout* proporcionou ambientes íntimos e acolhedores por meio de uma tipologia tradicional de pátio de fazenda, assemelhando-se com as moradias ao redor. Além disso, foram criados espaços de convívio e lazer, externos e internos, e uma ampla área rica em paisagismo, onde as crianças podem desenvolver relacionamentos interpessoais e intrapessoais (Archdaily, 2024).

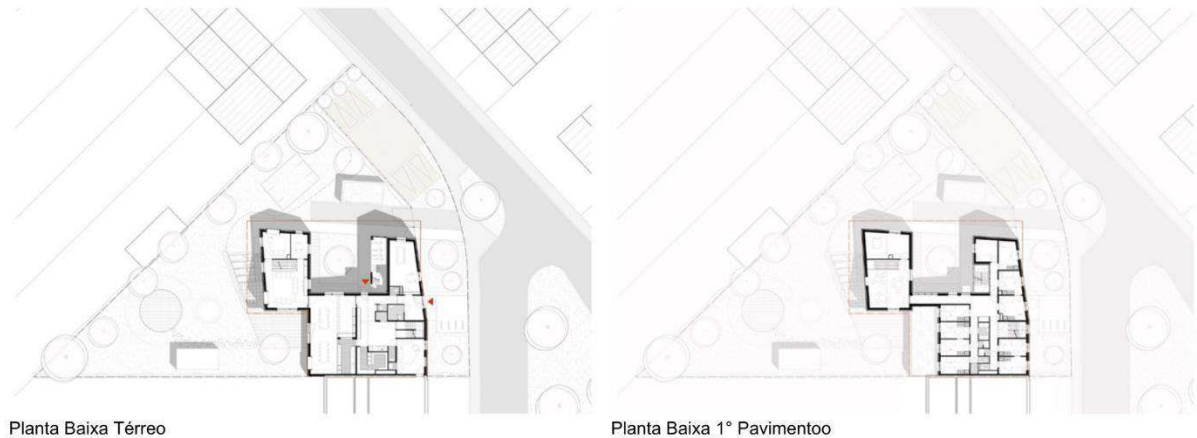
Figura 18 - Casa-abrigo sibbe - área externa.

Fonte: Archdaily (2024)

O formato da cobertura e os materiais utilizados remetem a uma aparência de casa tradicional e transmite um ambiente familiar, como também as esquadrias

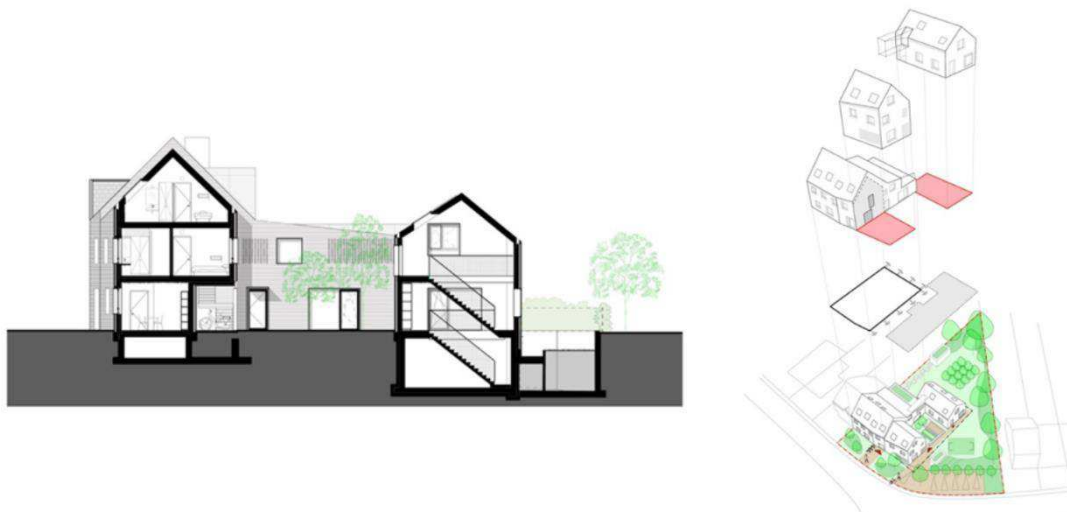
permitem a entrada de iluminação natural e ventilação. É interessante também o desalinhamento de ambas e os diferentes tamanhos que transmitem sensação de espaço lúdico e criativo, despertando o imaginário da criança (Archdaily, 2024).

Figura 19 - Casa-abrigo Sibbe - Planta baixa térreo e primeiro pavimento.



Fonte: Archdaily (modificado pela autora), 2024.

Figura 20 - Casa-abrigo Sibbe - Corte e implantação.



Fonte: Archdaily (2024)

Observa-se nas Figuras 19 e 20 que foram criados três blocos com diferentes alturas, de um lado um bloco com térreo, primeiro pavimento e sótão e, do outro, somente térreo e sótão. No térreo, nota-se que está situado o setor social, com áreas de vivência, como sala de estar, sala de jantar e refeitório; setor de serviço, com cozinha ligada ao refeitório e banheiros; e o setor administrativo. Já no primeiro pavimento está localizado o setor íntimo, formado por dez dormitórios e banheiros, além de contar com espaço para atividades.

Não foi possível localizar a planta do sótão, mas através das fotos e do corte disponibilizado pelo autor (Figura 20), nota-se que o último pavimento é destinado para realização de atividades e recreação.

Figura 21 - Casa-abrigo Sibbe - interiores.



Fonte: Archdaily (2024)

A utilização da cor branca nas paredes transmite um ambiente mais sóbrio e aconchegante, dando maior sensação de amplitude. Em contrapartida, os pontos de cor são utilizados nos mobiliários, como no sofá, almofadas e armários, deixando o espaço mais infantil e lúdico (Figura 21).

6.2 Casa Rana / Made in Earth

A Casa Rana (Figura 22) possui uma área de 150 m², localizado em Tituvannamalai, na Índia, e foi projetada por uma organização italiana sem fins lucrativos, a *Made in Earth*, em 2013. Conforme descrição dos arquitetos responsáveis, a casa de acolhimento atende quinze crianças HIV-positivas em um ambiente familiar e amoroso. Além disso, também são oferecidos treinamentos profissionalizantes e atividades educativas no espaço (Archdaily, 2019).

Figura 22 - Casa Rana/ Made in Earth.



Fonte: Archdaily (2019)

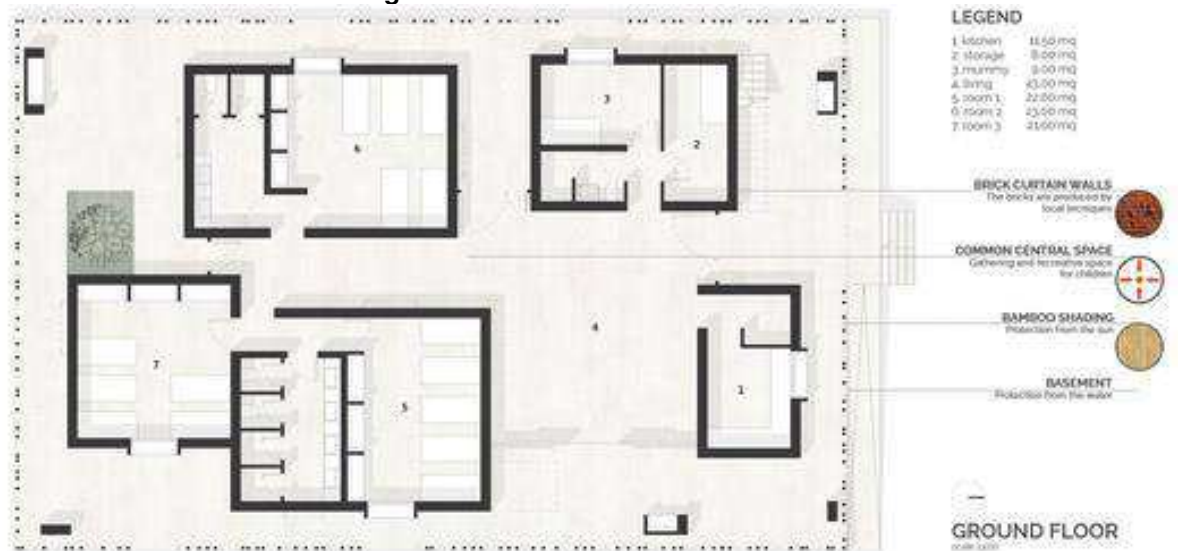
Figura 23 - Casa Rana.



Fonte: Archdaily (2019)

O projeto é formado por somente um bloco que se destaca por sua arquitetura linear com cheios e vazios que lembram brinquedos de construção. Possui duas estruturas de laje em concreto, sendo uma o piso e outra, a cobertura. Os espaços internos e abertos são separados da área externa por uma cortina de bambu (Figura 23) – criando efeitos de luz e sombra – e são locais de recolhimento e distribuição (Archdaily, 2019).

Figura 24 - Casa Rana - Planta Baixa.



Fonte: Archdaily (2019).

O *layout* (Figura 24) é composto por três dormitórios, cada um com cinco beliches, banheiros compartilhados, sala de estar ampla para realização múltiplas atividades, e cozinha com uma despensa e um dormitório para os cuidadores, que inclui um banheiro e um ambiente para armazenamento.

O projeto da Casa Rana é trabalhado com técnicas tradicionais de construção local e leva em consideração o contexto local em termos de recursos, bem como custos sociais e técnicos. Contudo, a construção envolveu mão de obra local, promovendo autonomia e inclusão, podendo ser gerenciada eventualmente pela comunidade (Archdaily, 2019).

6.3 Moradas Infantis Canuanã – Fundação Bradesco / Aleph Zero e Rosenbaum

As Moradas Infantis (Figuras 25 e 26) são um projeto de expansão da Escola Internato de Canuanã, edifício de moradia para 540 crianças e adolescentes localizado no município de Formoso do Araguaia em Tocantins, Brasil. O local possui uma área de 23344 m², construído no ano de 2017 e mantido pela Fundação Bradesco há 40 anos. A convite da Fundação, o arquiteto Rosenbaum redesenhou as moradas juntamente com o escritório Aleph Zero (Rosenbaum, 2017).

Figura 25 - Moradas Infantis Canuanã.



Fonte: Archdaily (2020).

Figura 26 - Moradas Infantis Canuanã.



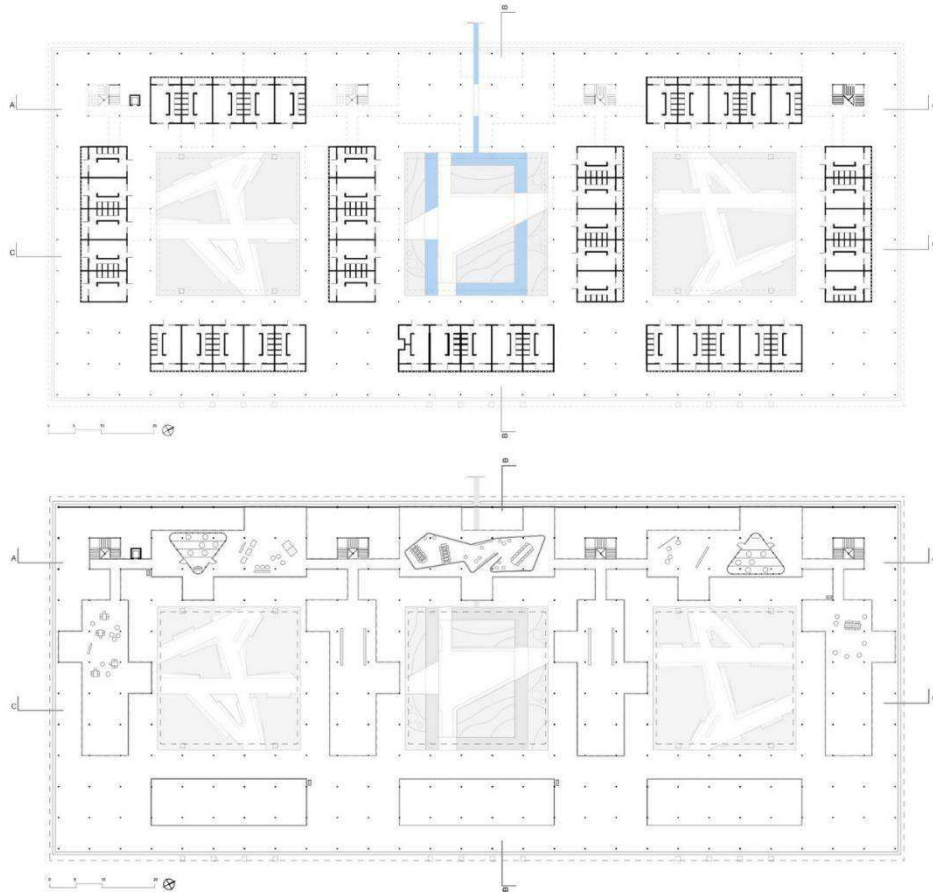
Fonte: Rosenbaum (2017).

De acordo com a descrição do escritório Rosenbaum, o primeiro passo para iniciar o projeto foi a aproximação e diálogo com os alunos, moradores da escola, onde foi possível perceber que mesmo as crianças morando há 13 anos na escola, não a reconheciam como sua casa. Com isso, os arquitetos fizeram um reconhecimento do entorno, imergindo na cultura cabocla e indígena, a fim de compreender as raízes ancestrais, os materiais e as formas construtivas utilizadas nas casas dos pais e avós das crianças, criando um espaço que dialoga com a memória afetiva (Rosenbaum, 2017).

Além disso, o projeto foi desenvolvido em conjunto com os alunos moradores, em um processo colaborativo e participativo no qual tem o objetivo de

romper a ideia de escola sendo um local unicamente de aprendizado, transformando-a em um lar.

Figura 27 - Moradas Infantis – térreo e primeiro pavimento.



Fonte: Archdaily (2020).

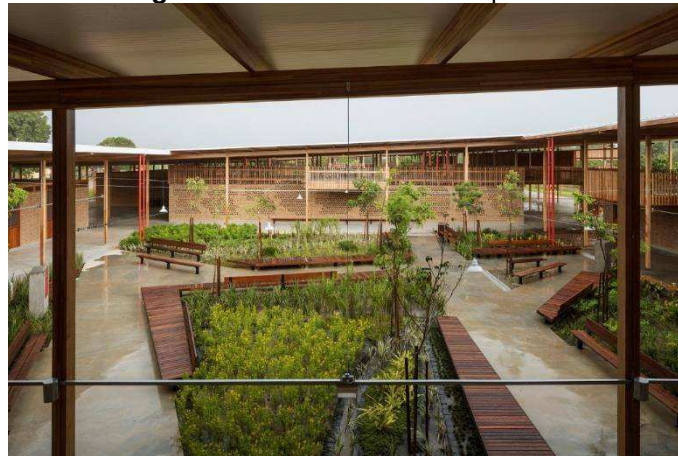
O *layout* do projeto de reforma (Figura 27) é organizado em duas vilas, uma feminina e outra masculina, com 45 unidades de dormitórios (Figura 28) para 6 pessoas em cada, organizado em três camas-beliche com lavanderia e banheiro. Cada morada tem três pátios centrais (Figura 29) que integram o interior com paisagem local. No centro existe um espelho d'água que coleta a água da cobertura e devolve ao rio Javaé, dialogando com a natureza. Os espaços de convívio (Figura 30) estão localizados nos quintais ou pátios, com redes e bancos, e no pavimento superior, com salas de jogos, estudos e TV (Rosenbaum, 2017; Archdaily, 2020).

Figura 28 - Moradas Infantis - Quartos



Fonte: Rosenbaum (2017).

Figura 29 - Moradas Infantis - pátios.



Fonte: Rosenbaum (2017).

Figura 30 - Moradas Infantis - áreas de convivência – pavimento superior.



Fonte: Rosenbaum (2017).

São utilizadas técnicas construtivas regionais, de baixo impacto ambiental, como estrutura de madeira laminada colada (MLC) de reflorestamento, sendo considerada a maior construção da América Latina de madeira reflorestada. Utiliza-se

também tijolos de adobe fabricados na obra com o solo do próprio local, que devido a sua propriedade física, reduzem em 7 graus celsius a temperatura do interior da edificação (Rosenbaum, 2017).

O paisagismo é formado por espécies locais e cada quarto recebeu o nome de um animal ou planta regional, representados pelo grafismo indígena sobre as palhas das portas de entrada, conforme mostra a Figura 31 (Rosenbaum, 2017).

Figura 31 - Madeira, adobe e grafismo.



Fonte: Rosenbaum (2017).

Além de preservar as características locais utilizando técnicas e materiais da região, o projeto é um exemplar em referencial sustentável. A utilização de elementos naturais proporciona acolhimento e fazem as crianças moradoras se sentirem abraçadas e pertencentes ao lugar. Dessa forma, os arquitetos conseguiram vencer o desafio de romper a ideia de escola ser um lugar somente para educação, proporcionando um lar que resgata as ancestralidades.

6.4 Síntese das referências

As referências projetuais a serem utilizadas no projeto serão fundamentadas em três projetos distintos, cada um contribuindo com características arquitetônicas específicas que visam criar um ambiente acolhedor, lúdico e funcional para as crianças. As principais características que serão atribuídas são: resgate da estética tradicional local, promovendo um ambiente familiar; formato linear e funcional; efeito de luz e sombra; uso de materiais acessíveis; e uso de cores neutras

combinadas a cores vivas, proporcionando um ambiente acolhedor e, ao mesmo tempo, estimulante e lúdico.

Essas características contribuirão para a criação de um ambiente seguro, estimulante e propício ao desenvolvimento integral das crianças acolhidas.

7 PROPOSTA CASA ÁGAPE

Casa Ágape é um projeto que nasce no coração de uma igreja que tem o propósito de implantar uma casa de acolhimento para crianças em situação de vulnerabilidade em São Luís.

O nome “Ágape” é uma palavra de origem grega que significa “amor”. Na crença cristã, amor ágape significa amor de Deus, ou seja, amor incondicional, “[...] eu lhes dou um novo mandamento: que vocês amem uns aos outros. Assim como eu os amei, que também vocês amem uns aos outros” (João 13:34, Nova Almeida Atualizada). Assim, amar ao próximo é servir, renunciar sua zona de conforto e se dispor a ajudar o próximo.

Nesse contexto, o projeto em questão não se limita a um trabalho de conclusão de curso, mas busca elaborar uma proposta concreta com necessidades reais, desenvolvendo, assim, um anteprojeto de reforma e adequação para a implantação da futura Instituição Casa Ágape.

O local de intervenção será todo reformado e adaptado para receber crianças com o objetivo de acolher provisoriamente, atendendo todas as normas e diretrizes propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela cartilha de Orientações Técnicas para serviço de acolhimento de Crianças e Adolescentes e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, além de atender a todas as necessidades dos pequenos.

O público-alvo são crianças na faixa etária de 06 a 10 anos, de ambos os sexos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e o objetivo é oferecer abrigo temporário, encaixando-se na modalidade de abrigo institucional previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste capítulo será apresentado o estudo preliminar do local de intervenção, realizando a análise do entorno através de mapas de uso e ocupação do solo, serviços públicos e equipamentos urbanos oferecidos. Além disso, serão apresentados o memorial justificativo e o anteprojeto com plantas técnicas e imagens 3D.

7.1 Estudo preliminar

Neste subitem, será apresentada a fase inicial de coleta de dados do local de intervenção. A análise do terreno e do entorno, levantamento métrico e fotográfico e elaboração de programa de necessidades serão desenvolvidos nesta etapa do anteprojeto.

7.1.1 Local de intervenção

Figura 32 - Mapa do local de intervenção



Fonte: Google Earth (modificado pela autora), 2024.

A edificação localiza-se no bairro da Cohama, Rua das Begônias, casa de número doze, em São Luís, Maranhão. O local de intervenção está inserido na Zona Residencial 2 (ZR2) da Legislação Urbanística do Município. É possível observar no mapa (Figura 32) que o local de intervenção se situa em frente à igreja responsável por esse projeto social.

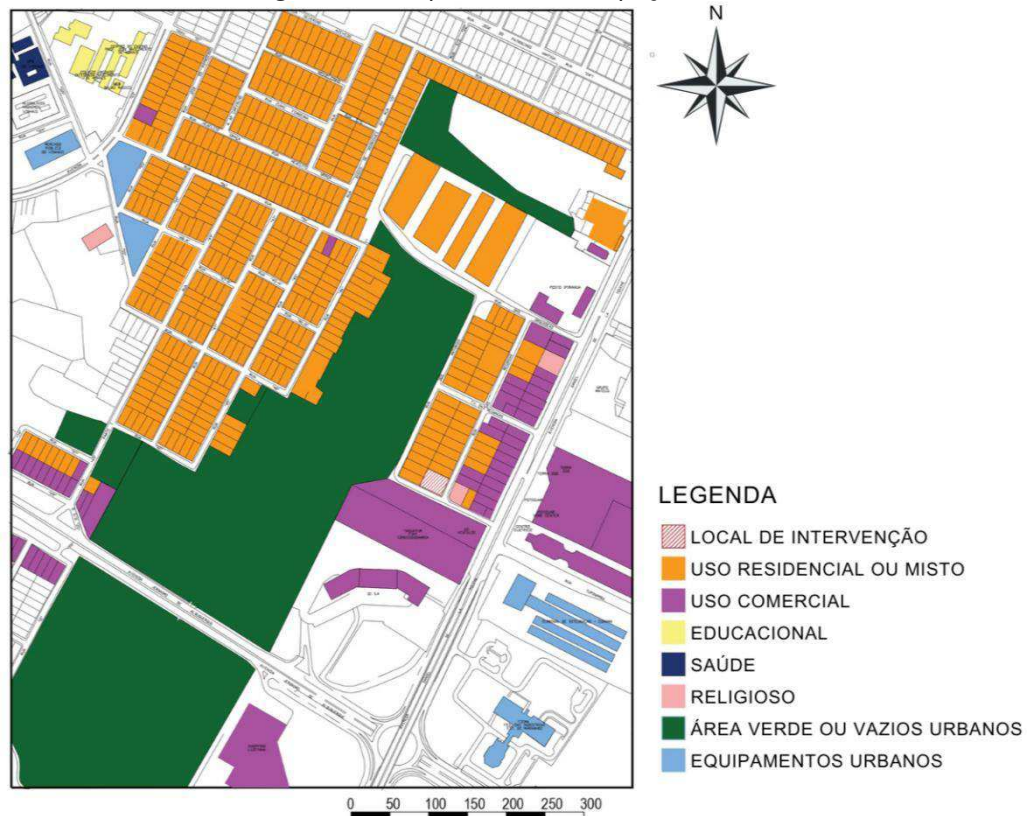
A escolha do terreno está diretamente relacionada à disponibilidade da igreja responsável em destinar a casa de sua propriedade para a implantação do abrigo institucional. Além disso, segundo as Orientações Técnicas de Acolhimento

propostas pelo CONANDA E CNAS, o abrigo institucional deve estar inserido em áreas residenciais, como também estar próximo a equipamentos urbanos e serviços disponibilizados na comunidade local. Portanto, a localização escolhida atende a essas especificidades.

7.1.2 Análise do entorno

Para compreender os usos das edificações e os serviços oferecidos do entorno, foi elaborado um mapa de uso e ocupação do solo.

Figura 33 - Mapa de uso e ocupação do solo



Fonte: Autorial (2024)

Com base no mapa (Figura 33) é possível constatar que o local de intervenção está situado em uma área majoritariamente residencial. Existem também lotes de uso misto, nos quais funcionam pequenos comércios e, ao mesmo tempo, há o uso residencial. Além disso, há serviços públicos que são ofertados na localidade, como instituições educacionais e de saúde.

Figura 34 - Mapa de equipamentos urbanos

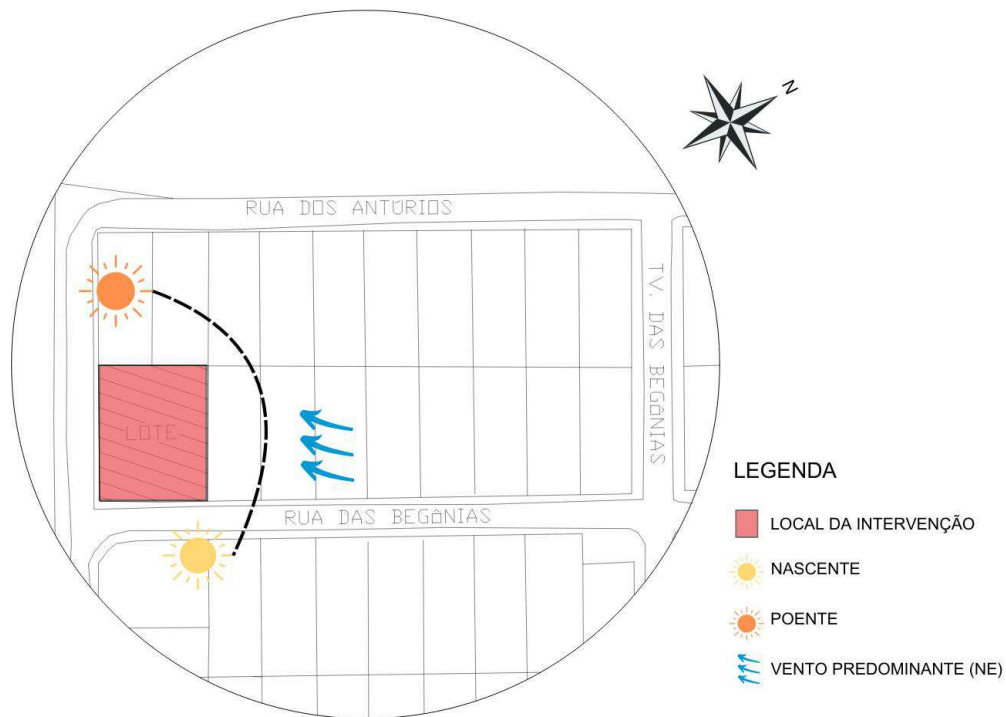
Fonte: Autoral (2024).

Através da leitura do mapa (Figura 34) é possível identificar equipamentos urbanos que colaboram com a localização da proposta de projeto, como a presença de escolas públicas a uma distância de 1,4 km (um quilômetro e quatrocentos metros) que pode ser percorrida em 19 minutos a pé ou em 6 minutos de bicicleta. A distância máxima a ser percorrida, considerando do local de intervenção até ao equipamento mais distante, a UPA do Vinhais, é de 1,7 km (um quilômetro e setecentos metros). Outro equipamento de suma importância para a localidade é o Terminal de Integração da Cohama, que facilita o deslocamento até outros bairros; além disso, este fica a uma distância de 750 m (setecentos e cinquenta metros), cerca de 11 minutos a pé.

7.1.3 Análise do terreno

Considerando as condições naturais de São Luís, foi realizado uma análise de insolação e ventilação do terreno, a fim de proporcionar conforto ambiental dentro das possibilidades cabíveis no desenvolvimento da proposta de reforma.

Figura 35 - Análise de insolação e ventilação do terreno.

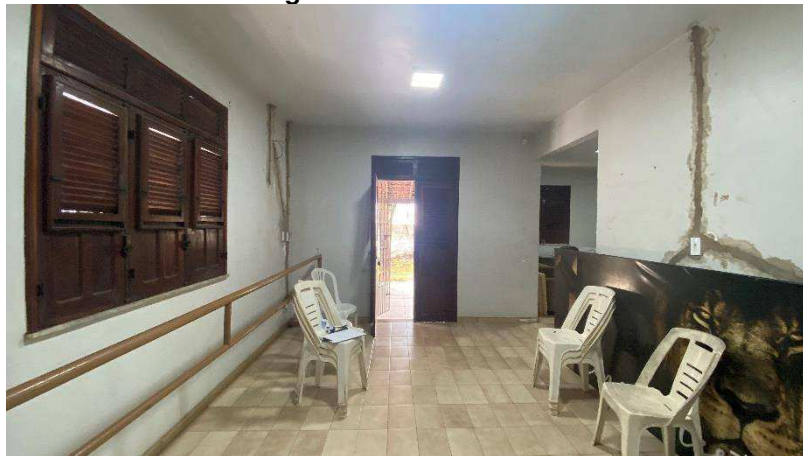


Fonte: Autoral (2024)

A fachada principal está voltada para o nascente e os ventos predominantes sopram da direção nordeste (Figura 35).

Com base no levantamento preliminar realizado no local, foi possível constatar que o terreno possui um total de 730 m² (setecentos e trinta metros quadrados) e área total construída de 252 m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados).

A edificação existente é composta pelos seguintes ambientes: sala de estar, sala de jantar, circulação, quatro quartos – sendo duas suítes, banheiro social, cozinha com despensa e varanda com garagem. Além disso, atrás da casa possui uma edificação com lavanderia e um cômodo com banheiro. O restante do terreno é de área livre e permeável, com duas árvores de médio porte (Figuras 36-45).

Figura 36 - Sala de estar

Fonte: Autoral (2024)

Figura 37 - Sala de jantar

Fonte: Autoral (2024)

Figura 38 - Cozinha

Fonte: Autoral (2024)

Figura 39 - Quartos

Fonte: Autoral (2024)

Figura 40 - Fachada principal – Rua das Begônias.

Fonte: Autoral (2024)

Figura 41 - Fachada lateral – Rua dos Antúrius.



Fonte: autoral (2024)

Figura 42 - Fachada frontal - edificação.



Fonte: autoral (2024)

Figura 43 - Fachada lateral esquerda e área livre.



Fonte: autoral (2024)

Figura 44 - Fachada posterior e lavanderia.

Fonte: autoral (2024)

Figura 45 - Fachadas frontal e lateral.

Fonte: Autoral (2024)

7.1.4 Programa de necessidades e pré-dimensionamento

Conforme as recomendações estabelecidas pelo CONANDA e CNAS na cartilha de Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, foi desenvolvido o seguinte pré-dimensionamento (Quadro 3):

Quadro 3 - Pré-dimensionamento e setorização.

PRÉ-DIMENSIONAMENTO				
SETOR	AMBIENTE	QUANT.	MOBILIÁRIOS	ÁREA (m²)
ADMINISTRATIVO	Sala do Coordenador	01	Mesa de atendimento, 3 cadeiras, armários	7,29
	Sala Atendimento Psicopedagógico	01	Mesa de atendimento, 3 cadeiras, armários	7,29
	Sala de Reuniões	01	Mesa 6 lugares, 6 cadeiras, TV, armários	9,18

	Lavado Feminino		Vaso sanitário, cuba suspensa quadrada, barras de acessibilidade	3,00
	Lavabo Masculino		Vaso sanitário, cuba suspensa quadrada, barras de acessibilidade	3,00
SERVIÇO	Cozinha	01	2 cubas de inox, 1 geladeira, 1 freezer, 1 fogão industrial 6 bocas	15,00
	Lavanderia	01	2 tanques, 1 máquina de lavar	25,30
	Lavabo Funcionários	01	Vaso sanitário, cuba suspensa quadrada, barras de acessibilidade	3,91
	Almoxarifado	01	Armários	5,53
ÍNTIMO	Suíte feminina	02	2 bicamas, armários	15,43 m ²
	Banheiro suíte feminina	01	Vaso sanitário, cuba, box chuveiro, armários	3,06
	Suíte masculina	01	2 bicamas, armários	15,38
	Banheiro suíte masculina	01	Vaso sanitário, cuba, box chuveiro, armários	3,05
	Quarto Feminino	01	2 bicamas, armários	12,35
	Quarto Masculino	01	2 bicamas, armários	12,18
	Dormitório Cuidadores	01	2 camas, armário	8,98
	Banheiro social	01	Vaso sanitário, cuba, box chuveiro, armários	2,93
	Banheiro acessível	01	Vaso sanitário, cuba suspensa quadrada, chuveiro, barras de acessibilidade, banco de transferência	4,59
	Circulação	01	Armário rouparia	9,59
SOCIAL	Sala de Estar	01	Sofá, rack, TV	18,18
	Sala de Estudos	01	Mesas, cadeiras, prateleiras, puffs	14,72
	Refeitório		Mesas e cadeiras de refeitório	42,79
	Lavabo Infantil		Vaso sanitário, cuba suspensa quadrada, barras de acessibilidade	3,00
	Circulação	01	-	14,34
LAZER	Horta	01	-	2,00
	Varanda	01	Mesas infantis para atividades	34,98
	Playground	01	Escorregador, balanço e gangorra de madeira	49,63
ÁREA LIVRE	Área verde	-	-	159,23

Fonte: autoral (2024)

7.2 Memorial justificativo

O presente memorial justificativo tem como objetivo detalhar todas as escolhas projetuais realizadas para a reforma e adequação da Instituição de

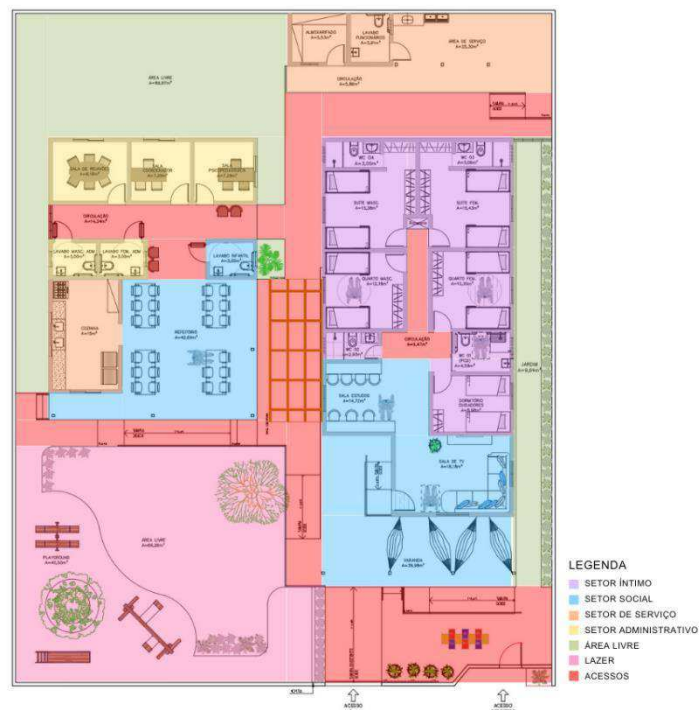
Acolhimento que possui capacidade para atender 16 crianças, com dimensões adequadas para responder às respectivas demandas dos ambientes.

O conceito projetual parte de uma proposta de Desenho Universal que reduz as barreiras de acessibilidade e cria espaços inclusivos. A conexão com a natureza foi também prioridade no projeto, por meio da implantação de áreas verdes, horta e espaços para recreação ao ar livre. Além disso, a arquitetura da Casa Ágape propõe um ambiente familiar, especialmente ao inserir características de uma casa tradicional, como tamanho, materiais, acabamentos e configuração espacial, promovendo um ambiente menos institucional e mais lar acolhedor.

Para o desenvolvimento do projeto, foi considerado aspectos sociais e o mínimo de intervenções para redução de custos. Portanto, optou-se por preservar a estrutura da edificação principal e da edícula existentes, e acrescentar mais um bloco, o qual foi destinado ao refeitório e setor administrativo.

A edificação existente foi destinada ao setor íntimo, assim como uma parte do setor social. A edícula acomoda o setor de serviço, incluindo lavanderia, almoxarifado e lavabo para funcionários. À esquerda do terreno, o novo bloco é dividido em setor social, serviço e administrativo, e na parte frontal, o setor de lazer é definido por um playground e áreas verdes (Figuras 46 e 47).

Figura 46 - Setorização



Fonte: Autoral (2024).

Para permitir o acesso seguro à edificação, na fachada externa, voltada para a Rua das Begônias, tem-se um recuo no portão de acesso de pedestres, com uma marquise para proporcionar sombra (Figura 47). Após essa transformação foi possível, ainda, colocar uma rampa na calçada, respeitando a NBR 9050, que antes não havia. Além disso, o formato e acabamento do muro atende as recomendações da Cartilha de Orientações Técnicas do CNAS e CONANDA, onde diz que deve-se manter o aspecto de residência, assemelhando-se ao padrão arquitetônico do entorno.

Figura 47 - Fachada - Rua das Begônias



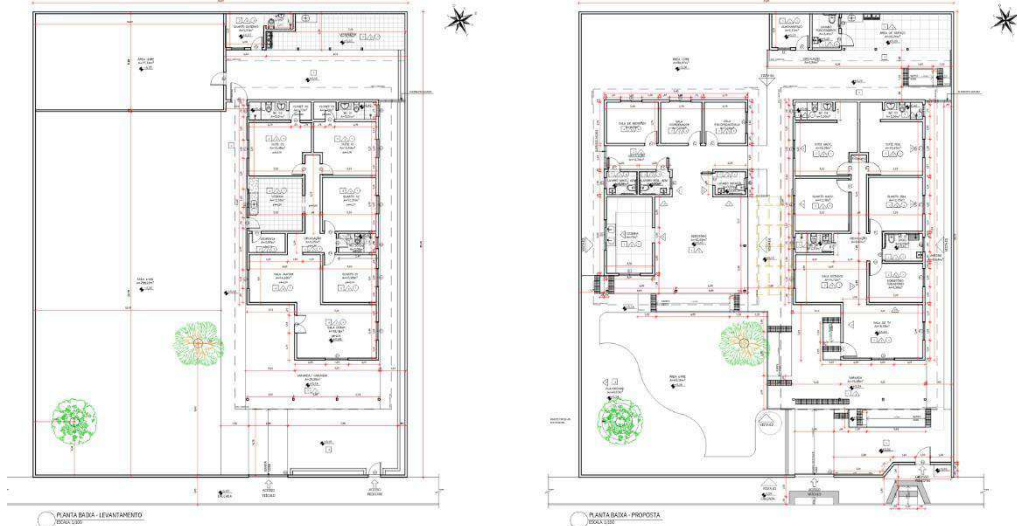
Fonte: Autoral (2024).

Observa-se na Figura 48 que a configuração do novo *layout* possui ambientes como dormitórios; banheiros; sala de estar; sala de estudos; cozinha; refeitório; lavanderia; almoxarifado; lavabos para funcionários, colaboradores e crianças, separadamente; varanda; *playground*; jardim; áreas verdes; e salas administrativas.

Figura 48 - Layout humanizado

Fonte: Autoral (2024).

Para atender às necessidades das crianças acolhidas foi necessário realizar adaptações na configuração do *layout* da edificação principal, além de criar novos espaços (Figura 49). O banheiro social foi transformado em um banheiro acessível para pessoas com deficiência (PCD), seguindo a Norma Brasileira NBR 9050. A cartilha de Orientações Técnicas de Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes recomenda que tenha um banheiro para cada 6 (seis) pessoas e ao menos um deles precisa ser acessível.

Figura 49 - Planta baixa levantamento e planta baixa proposta

Fonte: Autoral (2024).

Em função da transformação do banheiro social em banheiro PCD, houve a diminuição do primeiro quarto, o qual foi transformado em um quarto para pernoites dos cuidadores. O antigo espaço da cozinha foi convertido em um novo quarto para as crianças, totalizando quatro quartos, sendo dois masculinos e dois femininos, com capacidade para 4 crianças em cada. Além disso, o local da antiga despensa da cozinha tornou-se um novo banheiro social.

Vale ressaltar que com relação ao novo banheiro e às suítes existentes, não foi possível adaptá-los às normas de acessibilidade por causa das limitações de espaço, já que o objetivo era realizar o mínimo de intervenção na estrutura. Em contrapartida, há dormitórios, área de playground, refeitório, cozinha, salas administrativas, lavabos e todo o restante do espaço que são adaptados para todas as pessoas.

No que concerne ao novo bloco, projetado para abrigar uma parte do setor de serviço – cozinha e refeitório – e o setor administrativo, a arquitetura segue formas lineares e funcionais, com uma cobertura em telha cerâmica, complementando esteticamente o bloco existente (Figura 50).

Figura 50 - Novo bloco - refeitório, cozinha e setor administrativo.



Fonte: autoral (2024).

Logo na parte frontal do novo bloco, há um refeitório (Figura 51) amplo com mesas grandes de capacidade para 24 pessoas no total, onde as crianças podem fazer suas refeições diárias como também realizar atividades externas, criando uma arquitetura flexível e adaptada. Ao lado esquerdo, tem-se uma ampla cozinha para a preparação dos alimentos e, ao lado oposto, um lavabo infantil acessível para as crianças utilizarem quando estiverem fora da casa.

Figura 51 - Refeitório

Fonte: autoral (2024).

No setor administrativo, localizado na parte posterior (Figura 52), tem-se três salas: Sala de Reuniões, Sala da Coordenação e Sala Psicopedagógica, conforme recomendações das Orientações Técnicas. Além disso, foi construído dois lavabos para os colaboradores, um feminino e outro masculino, ambos acessíveis.

Figura 52 - Acesso setor administrativo

Fonte: autoral (2024).

As diferenças de níveis dos pisos da edificação existentes, observadas no levantamento, foram os maiores desafios encontrados no projeto. Considerando essas diferenças e visando reduzir os custos que existiriam ao nivelar os pisos, criou-se rampas de acessibilidade com guarda corpo para assegurar o deslocamento de todos os usuários. Foi preciso rebaixar em oito centímetros o piso de entrada, o qual dá acesso a varanda, para que fosse colocado outra forma de acesso à varanda por meio de uma escada de dois espelhos de altura, além de uma rampa, respeitando as normativas de acessibilidade vigentes.

Com uma elevação de 10 cm (dez centímetros) do terreno em relação à calçada da rua, e um desnível de 24 cm (vinte e quatro centímetros) entre a entrada e a varanda da edificação, propõem-se soluções como rampas e degraus para facilitar o acesso seguro entre esses pontos. A diferença de 40 cm (quarenta centímetros) entre a calçada lateral da casa e a área livre demandou a construção de uma rampa. Além disso, para acessar o interior do bloco principal existente, houve a exigência de colocar mais uma rampa, pois há um desnível de 10 cm (dez centímetros) em relação à varanda.

Na área livre, foram preservadas as duas árvores de médio porte para proporcionar sombra ao *playground* implantado na parte frontal do terreno (Figura 53). Um piso curvo e orgânico foi proposto para criar um espaço mais lúdico e divertido, com um banquinho circular em madeira ao redor da árvore, em que as crianças podem se reunir para brincar e interagir.

Figura 53 - Playground



Fonte: Autoral (2024).

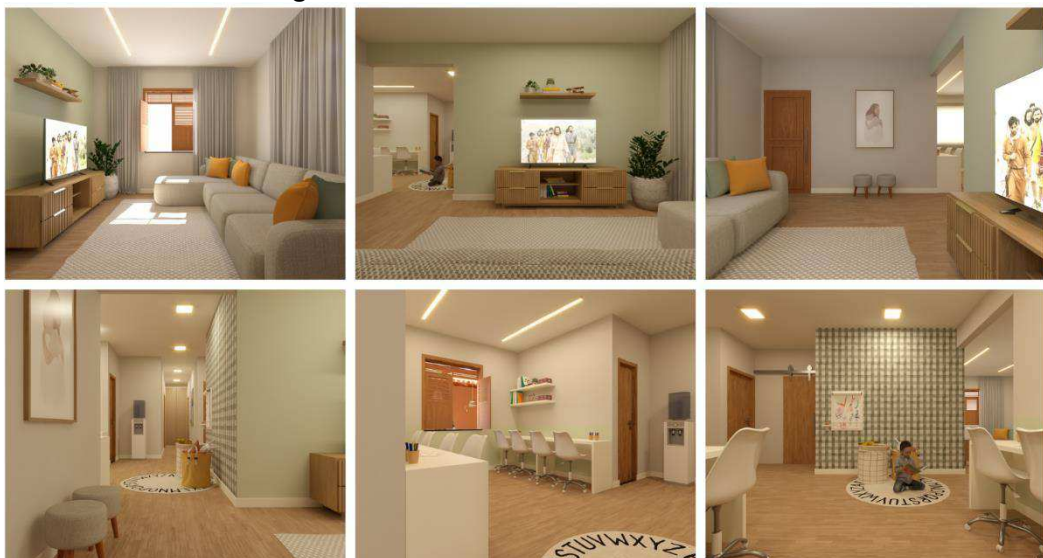
Ao lado do *playground*, uma horta foi colocada para que as crianças pudessem ter mais contato com a natureza, aprendendo a plantar e manusear a terra, despertando os cinco sentidos por meio de texturas, aromas e tamanhos variados (Figura 54).

Figura 54 - Fachada frontal

Fonte: Autoral (2024).

A psicologia unida à arquitetura orienta a criação de ambientes acolhedores, flexíveis e estimulantes. Esses aspectos são destacados no projeto por meio da utilização de cores adequadas, iluminação natural e integração com a natureza. Além do contato direto com áreas verdes, a utilização de elementos amadeirados, tons e texturas inspirados na natureza promovem estímulos sensoriais positivos e um ambiente aconchegante e familiar.

A utilização de cores vivas no ambiente do refeitório cria uma atmosfera lúdica e estimula a criatividade, enquanto que as cores suaves dos ambientes internos do setor íntimo (Figuras 55 e 56) traz uma sensação de tranquilidade.

Figura 55 - Sala de estar e sala de estudos

Fonte: Autoral (2024).

No interior da edificação principal, dos setores íntimo e social, há uma ampla entrada de iluminação natural por meio de amplas janelas, criando áreas bem iluminadas.

Figura 56 - Dormitórios feminino e masculino



Fonte: Autoral (2024).

A arquitetura foi desenvolvida visando a funcionalidade, acessibilidade e economia, permitindo a adequação necessária para proporcionar acesso livre dos usuários em todos os espaços, atendendo às necessidades das crianças de maneira integral. Além disso, a integração entre a reforma da edificação existente e a construção do novo bloco visa criar um ambiente seguro, acolhedor e adaptado às atividades diárias das crianças, proporcionando-lhes um lar que respeita suas individualidades e necessidades.

7.3 Anteprojeto

Para a execução da reforma e adequação da Casa Ágape, foi necessário desenvolver uma prancha detalhada do levantamento, incluindo planta de implantação, planta baixa, planta de cobertura e cortes. Além disso, foram elaboradas pranchas do anteprojeto com as seguintes plantas técnicas: Planta de Implantação e Situação, Planta de Convenções, Planta Baixa, Planta de Layout, Planta de Cobertura, Cortes e Fachadas e, por fim, imagens 3D. As pranchas correspondentes estão em anexo no final deste trabalho, na ordem mencionada.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu compreender, por meio dos dados de pesquisa, a vulnerabilidade enfrentada por crianças e adolescentes expostos a diversos riscos na sociedade atual. Buscou-se entender a trajetória da assistência social aos menores, o processo de desenvolvimento humano, a relação do ser humano com o ambiente, a interdisciplinaridade entre a arquitetura e psicologia, além de analisar referências projetuais de abrigos institucionais.

É imprescindível que crianças e adolescentes cresçam em um ambiente seguro e acolhedor, proporcionado tanto pelo espaço físico quanto pelo cuidado familiar e contexto social em que estão inseridos, para que estes se desenvolvam integralmente. Diante desse cenário, a igreja da qual a autora faz parte decidiu destinar seus recursos e uma casa de sua propriedade a fim de adequá-la para acolher crianças encaminhadas por órgãos competentes.

Conclui-se que a arquitetura aliada à psicologia busca a compreensão da percepção ambiental e respostas comportamentais, possibilitando a criação de espaços que promovam o bem-estar físico e mental. Dessa forma, reduz os danos psicológicos causados pelo contexto de vulnerabilidade e risco vivenciados pelas crianças e adolescentes.

Contudo, o presente projeto traz contribuições enriquecedoras para o município de São Luís ao criar um espaço seguro e acolhedor, que ultrapassa a ideia de ambiente estritamente institucional. Espaços como hortas, *playground*, refeitório multifuncional e ampla área verde proporciona estímulos sensoriais positivos propícios ao desenvolvimento integral das crianças. Através de uma estrutura física acolhedora aliada ao acompanhamento psicopedagógico, aumenta-se a possibilidade de reintegração familiar dos acolhidos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. 4.ed. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537**: Sinalização tátil no piso – diretrizes para elaboração de projetos e instalação. 2.ed. Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 agosto, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2-10/2009/leil12010.htm. Acesso em: 05 dez. 2023.

BRASIL. Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/segundo-semester-de-2023>. Acesso em 01 maio, 2024.

BRASIL. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **Estatísticas adoções no Brasil em 2024**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://sna.cnj.jus.br/#/home>. Acesso em 06 fev. 2024.

BUENO, S. **Silveira Bueno**: minidicionário da língua portuguesa. 2.ed. São Paulo: FTD, 2007.

CASA-abrigo de Sibbe. Archdaily Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1013669/casa-abrigo-de-sibbe-para-criancas-atelier-m-architects-plus-planners-by>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CASA Rana / Made in Earth. Archdaily Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/778446/casa-rana-made-in-earth>. Acesso em 10 jun. 2024.

GUNTHER, H. Affordance. In: CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.). **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 21-27.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I.; CAVALCANTI, S.; NÓBREGA, L. M. A. Ambiente. In: CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.). **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 28-43.

CONANDA; CNAS. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009.

DE OLIVEIRA, A. N. A. **A Revolução Francesa e a sua influência para o constitucionalismo contemporâneo brasileiro**. Conteúdo Jurídico. Brasília-DF, 17 abr, 2023. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/61326/a-revoluo-francesa-e-a-sua-influncia-para-o-constitucionalismo-contemporneo-brasileiro>. Acesso em: 29 maio, 2024.

ECA: Linha do tempo sobre os direitos de crianças e adolescentes. Ministério Público do Paraná. Disponível em: <https://www.site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/ECA-Linha-do-tempo-sobre-os-direitos-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 23 maio, 2024.

HARROUK, C. Psicologia do espaço: as implicações da arquitetura no comportamento humano. Archdaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/936143/psicologia-do-espaco-as-implicacoes-da-arquitetura-no-comportamento-humano>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MORADIAS Infantis / Rosenbaum + Aleph Zero. ArchDaily Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/879961/moradias-infantis-rosenbaum-r-plus-aleph-zero>. Acesso em: 29 jul. 2024.

NUNES, M. M. C. A. **Acolhimento Institucional e Acolhimento Familiar**: uma análise sobre os desafios e entraves na implementação do Família Acolhedora em São Luís - MA. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas/ CCSO, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

NUNES, M. M. C. A.; SILVA, L. P. V. **Serviço de acolhimento em famílias acolhedoras em São Luís - MA e o Sistema de Garantia de Direitos**: uma interlocução necessária. Jornada Internacional Políticas Públicas, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

PALALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. O Estudo do Desenvolvimento humano. In: PALALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. p. 34-53.

PALALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Psicossocial na Segunda Infância. In: PALALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. p. 282-313.

PROGRAMA das Nações Unidas. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Programa das Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ROSENBAUM. Rosenbaum escritório, 2017. **Moradas Infantis Canuanã – Fundação Bradesco**. Disponível em: <https://www.rosenbaum.com.br/escritorio/projetos/moradas-infantis-canuana/>. Acesso em 29 jul. 2024.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social. **Atribuições**. Prefeitura de São Luís. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/semcas/conteudo/3141>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social. **Conselhos Tutelares**. Prefeitura de São Luís. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/semcas/conteudo/1777>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SAVI, A. E. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SIERRA, V.M., MESQUITA, W. A. **Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes**. São Paulo em Perspectiva. v.20, n.1, p.148-155, jan./mar. 2006.

SISTEMA de Garantia de Direitos. Centro de Referência em Educação Integral, 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/sistema-de-garantia-de-direitos/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

UNICEF; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil**. Out, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em 17 fev. 2024.

VIVEIROS, K. F. M. **A assistência à infância pobre**. Holos, Rio Grande do Norte, v. 5, jul. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481554869003>. Acesso em: 15 maio, 2024.